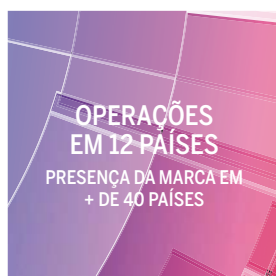


CIN

2016

**RELATÓRIO & CONTAS
CONSOLIDADO**

CIN: inovação, qualidade e liderança no mercado de tintas e vernizes



A CIN é a empresa líder do sector na Península Ibérica há já duas décadas, sendo também um dos maiores fabricantes da Europa e uma referência mundial, com um volume de negócios de 210 milhões de Euros em 2016 (mais 5% do que em 2015).

Contando com cerca de 1400 colaboradores, a sua actividade centra-se nos três principais segmentos do mercado - Construção Civil, Indústria e Anticorrosão.

Com três Centros de Investigação & Desenvolvimento (I&D) próprios em Portugal, Espanha e França, a CIN aposta continuamente na inovação para melhorar processos, antecipar necessidades do mercado e assegurar o sucesso dos seus produtos, que chegam já a 40 países da Europa, Américas, Ásia e África.

A par da inovação, há muito que a CIN aposta na qualidade e sustentabilidade das suas operações, uma realidade que está bem patente nas certificações dos seus sistemas de gestão de Qualidade (ISO 9001), Ambiente (ISO 14001), Higiene, Saúde e Segurança (OHSAS 18001).

A produção é assegurada por 10 fábricas em Portugal, Espanha, França, Angola e Moçambique, o equivalente a mais de 150 mil metros quadrados de área e a uma capacidade instalada de 135 mil toneladas, que está apoiada por 14 centros de armazenamento e distribuição.



CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM PORTUGAL
(+ DE 3.000M² DE ÁREA)



LABORATÓRIO DE ENSAIOS DE ENVELHECIMENTO ACCELERADO

No decorrer do ano, várias soluções CIN foram seleccionadas para obras de referência em todo o mundo, salientando-se entre elas a nova sede da Comissão Europeia, em Bruxelas, capital na qual a CIN esteve também envolvida na pintura de vários outros edifícios emblemáticos, como o Toison D'Or, o Chambon e o Generali.

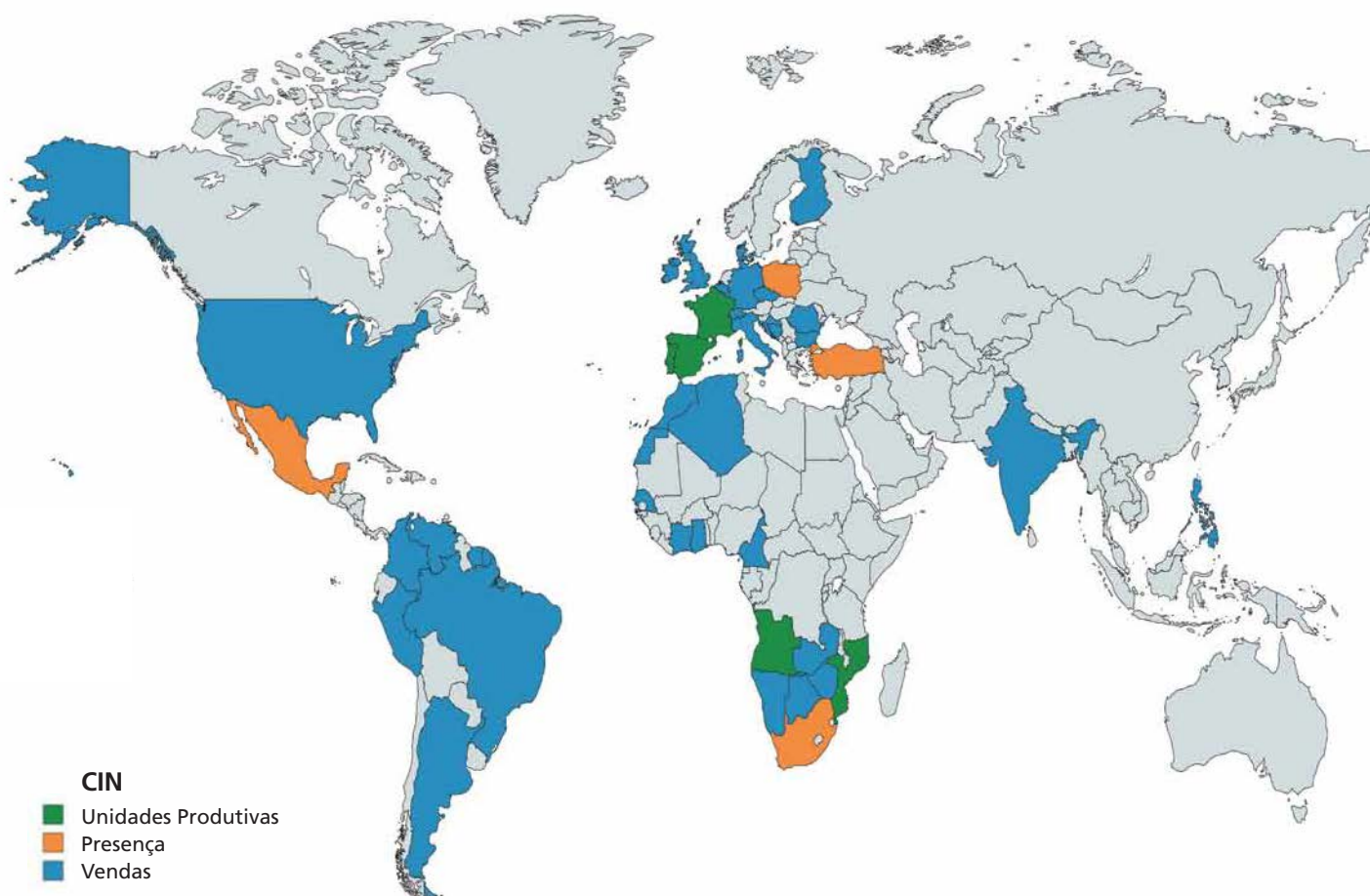


EDIFÍCIO CHAMBON, BRUXELAS

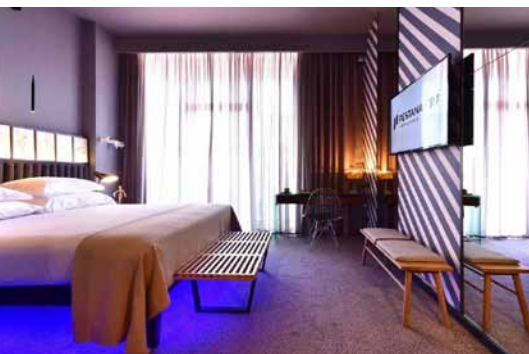


EDIFÍCIO GENERALI, BRUXELAS

ONDE ESTAMOS



Construção Civil



HOTEL PESTANA CR7, FUNCHAL, PORTUGAL



BANCO NACIONAL DE ANGOLA, LUANDA, ANGOLA



PRINCIPAL LANÇAMENTO DO ANO
COLOR REVELATION: TRENDS 2017

Esta unidade de negócio, que abrange as tintas e vernizes para edifícios aplicadas por profissionais e pelos clientes finais (“Faça Você Mesmo”), é das três a mais representativa na CIN, com produção assegurada na Península Ibérica, França, Polónia e no continente africano.

Em todos estes territórios é a inovação, qualidade e fiabilidade das soluções CIN que têm merecido a confiança de consumidores e profissionais para os mais diversos fins, desde uma simples pintura interior às grandes obras como o Museu do Oriente, o Hotel Pestana CR7, a Casa da Música ou o Banco Nacional de Angola.



A área de Construção Civil representou 51% do volume de negócios em 2016, sendo de destacar o aumento de quota de mercado em Portugal.

Em Espanha registou-se uma reorganização da área comercial que permitiu aumentar a penetração no canal da distribuição moderna.

Actualmente, o parque de lojas próprias totaliza 121, entre as quais 6 megastores e 19 superstores, distribuídas por Portugal, Espanha, Angola e Moçambique. Mantém-se em curso um agressivo plano de renovação dos pontos de venda existentes e de abertura de novas lojas, assegurando a proximidade com os clientes.

De assinalar, ainda, os lançamentos do Catálogo de Tendências de Cor para 2017, com 40 novos tons, e subordinado ao tema “Color Revelation”; e a tinta para fachadas XT CRYL 100 que completa o portefólio de fachadas, cuja tinta topo de gama, Nováqua HD, continua com uma performance assinalável.

Indústria

A unidade de negócio de revestimentos industriais produz e comercializa Tintas em Pó, para protecção e acabamento de metal, e Tintas Líquidas, destinadas às mais diversas aplicações industriais.

Com unidades de produção em Portugal, Espanha e França, a CIN serve mais de uma dezena de sectores onde se incluem os componentes para edifícios, os veículos comerciais e industriais ou as embalagens de vidro e plástico. A expansão geográfica e o reforço da carteira de soluções são dois pilares estratégicos para o crescimento e consolidação desta área de negócio.



Esta unidade de negócio representou, em 2016, 38% da facturação da CIN. Sendo efectiva a procura contínua de soluções inovadoras, a CIN Industrial Coatings submeteu um pedido de patente de propriedade intelectual do verniz Megatane S7PX que confere propriedades anti-graffiti e anti-sticker - impede a colagem de posters e cartazes.

2016 viu ainda concretizar-se um projecto de renovação do ICS (Industrial Coatings Solutions) criando uma oferta específica de produtos industriais e de protecção anticorrosiva para venda em retalho.

Líder ibérica no fornecimento de tintas para o sector logístico (equipamentos para armazéns e linhas de transporte) e para revestimento de redes de incêndio, a CIN foi ainda seleccionada para fornecer os revestimentos utilizados na remodelação dos comboios Alfa Pendular da CP e do comboio Histórico da Linha do Douro.



**NOVO COMBOIO ALFA PINTADO COM
REVESTIMENTOS INDUSTRIAIS**



**PRODUTOS INOVADORES TAIS COMO TINTA EM PÓ COM
ACABAMENTO METÁLICO**



**FORNECIMENTO DE REVESTIMENTOS PARA
EMBALAGENS DE VIDRO E PLÁSTICO (COSMÉTICA
E PERFUMARIA)**

Protective Coatings



CEPSA ESTAÇÕES DE SERVIÇO
ESPANHA - PORTUGAL



TEATRO AGORA, VALÊNCIA, ESPANHA

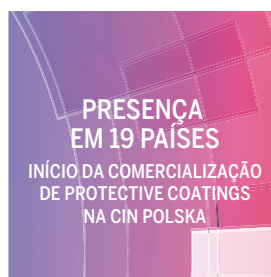


VIADUTO PEDONAL GALP ENERGIA
LISBOA, PORTUGAL

Nesta unidade de negócio enquadram-se os revestimentos para protecção de estruturas, que são utilizadas no sector petroquímico e energético, da construção civil e industrial.

As suas quatro grandes linhas de soluções de revestimentos – Protecção Passiva contra o fogo (estruturas metálicas e de madeira), Pavimentos, Betão e Heavy Duty (depósitos de combustível, gasodutos, etc.); têm sido seleccionadas para grandes obras públicas e construção de infraestruturas na Europa, América Central, África e Médio Oriente.

Com produção em Portugal e Espanha, esta unidade de negócio segue uma estratégia assente na abertura de operações próprias e no estabelecimento de parcerias locais com o objectivo de alargar a sua presença a mais mercados estratégicos.



Representando 11% no negócio global, a CIN prosseguiu a sua estratégia de internacionalização também nesta área, com a criação da CIN Coatings Polska, com sede em Varsóvia.

A consolidação e reforço das operações internacionais na Turquia, México e África do Sul, constituiu outra das principais actividades do ano de 2016.

Em 2016 iniciou-se o lançamento de um portefólio de produtos reforçado para pavimentos e para a protecção e reparação do betão, assim como a renovação da gama de produtos Heavy Duty.

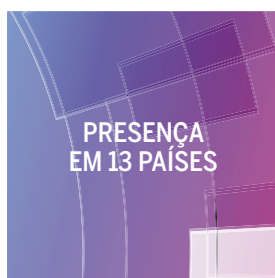
Foram, igualmente, realizados investimentos adicionais em Investigação e Desenvolvimento em todas as áreas (Pavimentos, Betão, Heavy Duty e Protecção Passiva contra o fogo).

África

No continente africano, onde as três unidades de negócio trabalham de forma transversal, a CIN está sediada em Angola e Moçambique e é aqui que se concentram as suas duas unidades de produção e armazenamento.

Nestes mercados, continuam a ser efectuados investimentos para aumentar a capacidade instalada e a eficiência operacional das unidades produtivas, prosseguindo igualmente a aposta num parque de lojas amplo e moderno, bem como o estabelecimento de parcerias comerciais e/ou industriais com entidades locais.

A expansão a novos mercados de referência no continente africano é outra vertente estratégica.



Durante o ano de 2016, em Angola, verificou-se a conclusão dos investimentos na fábrica e armazém de Benguela, bem como no armazém de Luanda-Viana, assim como a loja de Huambo foi alvo de remodelação.

Em Angola e Moçambique foram iniciados os projectos conducentes à obtenção da certificação ambiental e de qualidade da CIN nestes países.

Em Moçambique, 2016 pautou-se pela instalação de uma linha de enchimento semi-automática de embalagens de 5L e 15L. Paralelamente procedeu-se à abertura da 10ª loja própria da CIN neste país, em Pemba, província do Cabo Delgado. As lojas de Nampula e da Beira foram alvo de remodelação de forma a apresentarem uma imagem mais moderna, assim como a loja de Tete mudou de localização para instalações mais modernas, maiores e melhor localizadas.



UNIDADE PRODUTIVA, BENGUELA, ANGOLA



UNIDADE PRODUTIVA, MACHAVA, MOÇAMBIQUE



LOJA CIN, PEMBA, ANGOLA

Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI)



I&D DECORATIVOS (VISTA PARCIAL)



LABORATÓRIO ANALÍTICO (VISTA PARCIAL)



ÁREA DE ENVELHECIMENTO NATURAL

Com a Investigação e Desenvolvimento (I&D) como motor de inovação e melhoria contínuas, a CIN considera a sua IDI como um investimento com resultados mensuráveis, sendo os produtos desenvolvidos ao longo dos últimos três anos – novos, modificados e melhorados – responsáveis por 16% do volume de vendas alcançado em 2015.

O trabalho dos seus centros de I&D em Portugal, Espanha e França é assegurado por mais de 140 profissionais especializados e complementado com parcerias com instituições académicas de referência, a exemplo do que é feito em Portugal com a Faculdade de Ciências e a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, o Instituto Superior de Engenharia do Porto, a Universidade de Aveiro e a Universidade do Minho.



Em 2016, desenvolveram-se 100 projectos de I&D, 35% concluídos com sucesso, tendo sido testadas 650 novas matérias-primas, realizados 2800 estudos de cor e desenvolvidas 1800 formulações.

A sua actividade deu origem a inúmeros produtos, nos vários segmentos de mercado da CIN, entre os quais merecem referência pelo seu carácter inovador:

- Esquema Primário HD e Deck HD: para protecção e decoração de decks de madeira em exterior.
- XT CRYL 100: tinta acrílica para fachadas
- C-POX S640: verniz termoendurecível epóxi amínico para protecção interior de tambores metálicos
- C-Floor Varnish E250: verniz epoxy aquoso para pavimentos e suportes de betão.
- Cingard Primer FD – primário selante para betão.
- C-POX Primer ZP160 FD: primário epóxi-poliamida com alto conteúdo de sólidos para a protecção de estruturas de aço.

Para além da aquisição de alguns equipamentos para os diversos laboratórios, salienta-se a realização de um projecto inovador para explorar a utilização do “DoE – Desenho de Experiências” como ferramenta auxiliar do planeamento de ID, que permitiu otimizar os recursos humanos e materiais, bem como reduzir o tempo e custo dos ensaios.

Relatório de Gestão

Aos nossos Accionistas,

No cumprimento das obrigações legais e, designadamente, do disposto nos artigos 508-A e 508-C do Código das Sociedades Comerciais, submetemos a V. Exas. o relatório consolidado de gestão, o balanço consolidado, as demonstrações consolidadas de resultados por naturezas e dos fluxos de caixa, e os anexos do exercício de 2016.

Enquadramento Macroeconómico

Economia Mundial

Há um ano atrás havia um sentimento generalizado de profunda inquietação entre economistas e investidores quanto à evolução da economia mundial. Perspectivava-se o pior para a China, com uma forte probabilidade de desvalorização do Renminbi, assim como a quebra do preço do barril do petróleo impunha fortes reduções do investimento no sector energético, ao mesmo tempo, os consumidores continuavam relutantes em gastar os ganhos de rendimento.

O risco de deflação estava patente nos mercados obrigacionistas no Japão e na Europa e a FED mostrava-se determinada a normalizar a taxa de juro, independentemente do efeito que essa acção pudesse ter sobre o dólar e fragilização das economias emergentes. Em Março, a tendência de crescimento caía para 2,2%, mas a partir daí o cenário melhorou fortemente, apenas havendo um interregno após o inesperado resultado do Brexit. De acordo com os últimos dados, o crescimento global acabou por evoluir para 4,4%, com a China a justificar metade desta evolução; 25% os mercados emergentes e 25% a vir dos países desenvolvidos, sendo metade contributo dos USA, ou seja a performance do Japão e da Europa a ser ainda negligenciável nesta fase.

Economia Portuguesa

A evolução da economia Portuguesa em 2016 surpreendeu pela positiva ao apresentar um crescimento do PIB de 1,4%, superior ao esperado, mas ainda assim inferior ao evidenciado em 2015 (1,6%).

Esta evolução da economia está essencialmente sustentada no consumo privado, que cresceu 2,3% em 2016, fomentado pelo crescimento do emprego e pela reversão de algumas medidas de austeridade, já que as restantes componentes da procura interna registaram fracas performances, com o consumo público a crescer 0,8% e o investimento a cair

0,9%. A procura externa contribuiu negativamente para o crescimento, apesar de ter melhorado a performance face ao ano anterior.

Adicionalmente, manteve-se a tendência de consolidação das contas públicas, tendo-se reduzido o deficit publico para 2,1% do PIB. O peso excessivo da dívida pública líquida permanece como um dos entraves mais relevantes às perspectivas futuras de crescimento.

Após a recuperação evidenciada em 2015, o sector da construção na globalidade voltou a apresentar índices negativos de crescimento, tendo no entanto a componente de edifícios residenciais evoluído positivamente.

Economia Espanhola

A economia Espanhola repetiu em 2016 o robusto crescimento, de 3,2%, que tinha evidenciado em 2015. O fundamental deste desempenho está baseado na procura interna, sustentada no aumento do rendimento disponível das famílias, decorrente da melhoria das condições do emprego.

Em paralelo com este dinamismo, o sector da construção revela também indicadores positivos, principalmente no segmento de edifícios residenciais. O investimento público em infra-estruturas mantém-se no entanto em níveis anémicos, tendo sido uma das opções de ajustamento das contas públicas.

Economia Francesa

A economia Francesa terá crescido 1,1% em 2016, em linha com o ano anterior, tendo como suporte a procura interna, onde se assistiu a um reforço do consumo privado e do investimento.

Apesar de ter diminuído em 2016, o deficit publico mantém-se no entanto acima da fasquia de 3% do PIB exigida pela União Europeia, comprometendo a capacidade de promover medidas públicas de fomento do crescimento.

Economia Angolana

Os mais recentes dados macroeconómicos para a actividade em Angola antecipam que a economia terá estagnado em 2016, em consequência da manutenção do preço do petróleo em níveis baixos que contagiou também o sector não petrolífero que terá um desempenho desapontante.

O preço do petróleo atingiu o seu valor mínimo no 1º trimestre de 2016, em redor dos 30 dólares por barril, tendo recuperado desde então para valores acima dos 50 dólares, permitindo reforçar a entrada de divisas e induzindo expectativas de que a actividade económica possa lentamente recuperar.

A taxa de inflação média terá ultrapassado os 30%, o valor mais elevado da última década, e a moeda desvalorizou-se com significado, maioritariamente no primeiro quadrimestre, mantendo-se fortes restrições no acesso a pagamentos em divisas.

Economia Moçambicana

As estimativas para a economia Moçambicana em 2016 apontam para um crescimento do PIB de 3,3%, o que representa o pior desempenho desde o ano 2000.

O governo Moçambicano, no início de 2016, divulgou uma correcção ao montante de dívida pública, anunciando um aumento considerável para níveis superiores a 130% do PIB, e já em Outubro revelou que não poderá cumprir com os compromissos de pagamentos agendados, o que originou a revisão do rating soberano para níveis de “default” e, certamente, a uma intervenção do Fundo Monetário Internacional.

A inflação disparou para valores próximos de 20%, tendo sido de 4% em 2015, a par de uma forte desvalorização do metical, obrigando à adopção de políticas monetárias restritivas, com as taxas de juro a subir também de forma drástica.

Actividade 2016

Introdução

Algumas das variáveis que influenciaram a degradação das perspectivas económicas em 2016

tiveram impacto no posicionamento da gestão ao longo do ano. Neste quadro, aprofundámos o ajustamento da nossa estrutura organizativa em Angola; fomos conservadores no avanço da nossa exposição aos mercados emergentes e potenciámos o *momentum* que se vive nos mercados em que estamos mais expostos, reforçando a performance nos mercados e segmentos “core” para o Grupo.

Mercados

O volume de negócios ascendeu a 210,3M€ em 2016, evidenciando um aumento de 5,0% face ao ano anterior. Nesta evolução está reflectida a primeira integração do Grupo de empresas Monopol (Monopol) no perímetro de consolidação. A evolução comparativa sem Monopol evidenciaria uma quebra de 4,8% no volume de negócios.

Por mercados, em Portugal as vendas cresceram 5,9% com especial ênfase no segmento de decorativos e anticorrosão. Em Espanha, a actividade também evoluiu positivamente sustentada no segmento industrial.

Com a incorporação no consolidado da Monopol, em 2016, a relevância do volume de negócios em França aumentou e representa cerca de 17% do valor global do Grupo. A actividade comparável neste mercado contraiu 3,2%.

O mercado de exportação cresceu 5,9% fundamentalmente pela evolução no segmento industrial, com o mercado Alemão e novas geografias a contribuir positivamente.

Reflectindo o abrandamento da economia local e fundamentalmente o ajustamento imposto em reacção à escassez de divisas de suporte às importações, Angola registou uma quebra muito significativa do volume de negócios (-45%) Também em Moçambique houve um decréscimo significativo das vendas em euros, (-28,2%), em consequência da forte desvalorização do metical, já que em moeda local a actividade cresceu ligeiramente, sustentada essencialmente pela componente preço.

Nos mercados da África do Sul e México, que representam os mercados externos de protective coatings com presença local, o volume de negócios manteve o valor do ano anterior.

As Unidades de Negócio (U.N.)

Na U.N. de **Decorativos** o volume de negócios diminuiu 6,7%.

Em Portugal, as vendas mantiveram um ritmo de crescimento robusto, (+8,1%) traduzindo a tendência já evidenciada em períodos anteriores de reforço de quota de mercado, beneficiando da evolução positiva dos indicadores de procura interna e da contínua pressão sobre a concorrência.

Em Espanha, as vendas globais de decorativos permaneceram ao nível de 2015.

Em França, as vendas enquadradas no projecto CIN Deco relevam uma quebra de 4,1%, em fase de ajustamento face ao forte crescimento evidenciado em 2015.

Em Angola, a unidade de decorativos contraiu cerca de 50%, influenciada pela quebra dos índices de crescimento interno, bem como pelas medidas de ajustamento à actividade impostas pelo Grupo, em função das limitações no acesso a divisas que garantam o suporte externo imprescindível ao desenvolvimento da actividade local.

Também em Moçambique o comportamento foi de quebra, na ordem dos 28%, influenciado pela deterioração dos indicadores económicos e pela forte desvalorização do Metical face ao Euro.

A exportação de decorativos evoluiu também negativamente (-39%), prejudicada pela deterioração do clima económico dos países de destino.

O volume de negócios da U.N. **Indústria** cresceu uns expressivos 32%, sustentados pela integração da actividade da Monopol. A evolução comparável demonstra um crescimento de 4,8% pelo bom desempenho da unidade em Portugal, Espanha e Exportação.

A U.N. **Protective Coatings** espelha uma quebra de vendas de 7,6%, motivada pela pobre performance em Angola bem como em Espanha, prejudicada pelo impasse político e pela baixa taxa de investimento em infra-estruturas. Em Portugal as vendas de protective cresceram 4,8%.

Visão Financeira

Nota prévia: A comparabilidade da performance operacional nos anos em análise está afectada por movimentos não recorrentes, bem como pela incorporação das empresas do Grupo Monopol no âmbito da consolidação. Deste modo, a avaliação da actividade operacional será efectuada expurgando aqueles movimentos.

As vendas consolidadas do Grupo ascenderam a 210,3M€ o que representa um crescimento de 5% face a 2015.

A margem bruta percentual, de 53,6%, subiu face ao valor obtido do ano anterior, em continuidade com a tendência já evidenciada em 2015, decorrente do reforço da actividade nos segmentos que aportam maior margem e beneficiando, ainda do processo de baixa no custo de matérias-primas, cuja tendência está esgotada.

As rubricas de fornecimentos e serviços externos e custos com pessoal cresceram com significado, +7,1% e +14,1% respectivamente, evolução que se justifica na íntegra pela integração da Monopol, já que, comparando o perímetro anterior, os valores diminuíram, essencialmente pela contracção em Angola e Moçambique, em resultado das medidas impostas de adaptação à crise evidenciada nos dois países e também pela forte desvalorização cambial verificada.

O EBITDA recorrente em 2016 cifrou-se em 22,2 M€, o que revela uma quebra de 2,1 M€ face ao período homólogo do ano anterior. Esta diminuição deve-se inteiramente à menor aportação de resultado verificada em Angola e Moçambique, consequência da substancial quebra de vendas já descrita, que não foi possível compensar, na totalidade, pela melhoria da rentabilidade nas outras geografias e pela aportação da Monopol.

Mantivemos o habitual conservadorismo do Grupo na cobertura dos riscos do negócio, bem como nas políticas de investimento, de antecipação e garantia na capacidade de resposta às perspectivas de evolução futura da actividade, pelo que o EBIT recorrente situou-se nos 13,9M€, menos 14,2% do que no período homólogo de 2015.

Os custos financeiros líquidos baixaram com muito significado em 2016, sustentados na quebra de *pricing* das linhas de financiamento, que resultou do processo contínuo de renegociação da dívida em preço e maturidade.

Reflectindo a actividade descrita, o resultado líquido do exercício, no montante de 7,3 M€ espelha uma diminuição de 13,3% face ao do ano anterior.

Em 2016 o Grupo libertou fundos pelas actividades operacionais de 19,1M€, valor 5% superior ao de 2015 e que está em linha com a evolução da actividade.

Nas actividades de investimento despenderam-se 5,6M€, essencialmente justificados pelos investimentos em activos fixos tangíveis, de 5,4M€, maioritariamente em Portugal, pela aquisição das instalações contíguas ao actual centro de distribuição, e na modernização dos equipamentos fabris, e pelos investimentos financeiros, de 1,2M€, que expressa os montantes despendidos neste ano com a aquisição do Grupo Monopol.

Relativamente às actividades de financiamento, registaram-se pagamentos de encargos financeiros líquidos de 2,9M€, o que representa uma quebra significativa de 24% face ao ano anterior, de dividendos de 3,5M€ e amortizaram-se empréstimos de 3,0M€.

O total do activo de 264M€ apresenta uma ligeira diminuição face a 2015, tendo no entanto a componente não corrente baixado com significado, cerca 8,7M€, pela diminuição da rubrica de activos financeiros devido à eliminação, via movimento de consolidação, da participação financeira do grupo Monopol, e consequente registo do goodwill gerado pela mesma operação.

Os activos correntes cresceram 7,7M€ fundamentalmente pela evolução dos meios monetários em 5,8M€ e clientes em 4,3M€, sendo este valor maioritariamente relativo à integração da Monopol. Já os outros activos financeiros correntes baixaram 3,3M€ devido à redução do montante investido em aplicações financeiras de curto prazo.

O passivo não corrente de 96,9M€ aumentou ligeiramente face a 2015 na rubrica de financiamentos obtidos, pela renegociação, com aumento de montante e maturidade de um dos empréstimos obrigacionistas contratados. Já o passivo corrente de 77,1M€ baixou em relação ao ano anterior, devido à redução da utilização das linhas de financiamento disponíveis.

O montante dos capitais próprios, de 90,3M€ apresenta uma ligeira diminuição face a 2015, e

atesta uma autonomia financeira idêntica à do ano passado, de 42%, se ajustada pelo endividamento líquido.

Mercados monetário e de capitais

Os bancos centrais estão a atingir o limite nos efeitos da política de QE (*quantitative easing*), promovendo a ideia de que a política monetária passou a ser menos efectiva na promoção do crescimento, havendo um claro desvio para apostar em políticas fiscais, por reforço do investimento público.

Esta mudança de tom tem suportado o apetite pelo risco, estando as valorizações das acções a atingir o nível mais elevado desde a crise financeira. As acções aparentemente ainda estarão “baratas” atendendo à expectativa de baixo retorno do lado do mercado obrigacionista.

Contudo, a consolidação e reforço do ritmo do crescimento económico tem sido acompanhado pelo aumento da taxa de inflação, que começa a ser apercebido pelos mercados, com o consequente risco de as taxas de juro aumentarem a ritmo superior ao expectável, reduzindo a atractividade das acções.

Neste quadro, prosseguiu-se com o processo de renegociação da dívida, aumentando a sua maturidade e melhorando as condições de remuneração e ao mesmo tempo tomando algumas medidas preventivas de cobertura de taxa, atendendo ao cenário anteriormente referenciado.

Descrição da política de distribuição de dividendos

O Grupo tem definido o princípio de distribuir entre 35 a 50% do resultado líquido, de forma a garantir recursos estáveis para as necessidades de financiamento do seu crescimento.

Apesar dos constrangimentos externos já perspectivados no ano passado terem sido muito mais agressivos do que o esperado, a performance do Grupo manteve-se num nível aceitável durante o ano de 2016.

Por outro lado, a libertação de fundos não foi afectada, tendo havido uma redução do endividamento líquido de cerca de 5 milhões de euros.

Neste enquadramento, o Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral que se afecte do resultado líquido de 7,3M€ o montante de 3,5M€ a dividendos, ou seja, 14 cêntimos por acção.

Órgãos de Administração

1. Composição do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é actualmente composto por cinco membros, quatro dos quais representantes do accionista e um administrador independente. Os administradores executivos têm uma responsabilidade directa nas operações de negócio, enquanto o não-executivo tem a responsabilidade de fazer uma avaliação independente e objectiva das decisões do Conselho.

2. Política de Remuneração dos Membros do Conselho

A remuneração do Conselho assenta em 3 pilares:

- a) Uma remuneração fixa mensal;
- b) Um incentivo anual, baseado num esquema de avaliação assente em objectivos definidos;
- c) Incentivos de longo prazo, estabelecidos de acordo com as melhores práticas do mercado,

que são estabelecidos pela Comissão de Remunerações, constituída pelos Presidentes da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração.

Perspectivas

Tal como em 2015, o ano de 2016 foi afectado por um conjunto de surpresas negativas.

No entanto, o ritmo do crescimento económico tem vindo a acelerar, criando um “*momentum*” de crescimento global, suportado pelo abrandamento da redução do nível de stocks e estabilização, ou

mesmo aumento dos preços das matérias-primas. Contudo, do lado político, o crescente peso de ideias populistas criam um quadro de instabilidade que é preciso ter em conta. A política de estímulos desenhada pela administração Trump, com a economia americana em pleno emprego, deixa dúvidas sobre o caminho a seguir pela FED, o anúncio de redução de estímulos por parte do ECB e as negociações do Brexit levam a construir um ambiente de incerteza que poderá encorajar investidores e gestores a adiar decisões irreversíveis, o que na Europa, potenciado pelo calendário eleitoral, poderá condicionar fortemente este “*momentum*” de crescimento económico e de formação de capital.

Neste quadro, consideramos que as empresas devem focalizar-se no crescimento dos resultados de forma a garantir a sua independência.

O mercado de Tintas é um mercado maduro e a CIN adicionalmente está exposta, geograficamente, essencialmente a mercados maduros pelo que o peso das componentes macroeconómicas e quadro competitivo local têm ganho peso.

Assim uma política de aumentar volumes, promover aumento de preços e corte de custos, se bem que continue a fazer sentido, começa a ser menos efectiva.

Para responder a estes desafios continuaremos em 2017 a promover a nossa visão estratégica de crescimento e complementaridade de negócios, suportados na contínua procura de manutenção de uma estrutura organizacional sólida, sem perda de agilidade e flexibilidade, de forma a construir um modelo de negócio promovendo a diversificação da elevada concentração, que hoje temos em clientes, produtos e geografias.

Deste modo, iremos promover uma aproximação granular aos mercados e segmentos, concentrando recursos onde podemos ganhar mercado com os produtos e segmentos mais performantes.

Na Unidade Industrial Coatings iremos concentrar o crescimento nos segmentos definidos como estratégicos, diversificando geografias, consolidando uma visão de mercado global – suportado no crescimento orgânico e em metodologias e instrumentos adequados – fusões, aquisições e alianças.

Foi neste quadro que em Dezembro analisámos a empresa Govesan que terá impacto na melhoria

da rentabilidade dos segmentos menos performantes e exposição geográfica mais diversificada.

Assim prevemos otimizar a rentabilidade operacional, por via de ganhos de escala, melhoria de processos bem como potenciar de forma continuada a cadeia de abastecimento.

O mercado Deco é o segmento de maior volume e com maior estabilidade de crescimento, com Barreiras à entrada bem estabelecidos

- ✓ Branding e canais de distribuição
- ✓ Substituição limitada de produtos
- ✓ Baixa sensibilidade ao preço

E com Factores Vitais definidos para o seu crescimento

- ✓ Crescimento da população
- ✓ Redução do agregado familiar e sua desagregação
- ✓ Políticas de fomento ou não de casa própria
- ✓ Reabilitação
- ✓ Crescimento potencial do mercado do DIY

O processo de intervenção está assente em:

- Maximizar cobertura de mercado através da avaliação com ferramenta de geomarketing e coordenação do desenvolvimento (novas aberturas, reformulações, encerramentos) da rede de Postos de Venda, assegurando maior equilíbrio entre distribuição independente e venda directa do Grupo, se bem que dinamizando o canal revenda actual desenvolvendo os clientes de maior potencial e captando novos clientes de revenda, e optimizando a oferta do portfólio de produtos
- A unidade de negócios protective coatings continuará o processo de racionalização e revisão do *core range* de produtos, por forma a garantir performance e competitividade dos produtos da CIN nos mercados Ibérico e Internacional. Assim, irá reforçar e formalizar funções de gestão do portfólio, em conjunto com apoio à venda internacional e potenciar a coordenação interna e com as restantes UNs, especialmente em termos de penetração comercial ao mesmo tempo consolidando capacidade comercial e de serviço nos mercados internacionais prioritários, de forma a potenciar marca CIN enquanto player reconhecido pelo mercado e desenvolver o negócio protective coatings nas geografias chave identificadas.

Agradecimentos

Aos nossos Clientes, razão principal da nossa existência, uma palavra de apreço pela confiança que nos têm manifestado e pela colaboração prestada no desenvolvimento dos nossos produtos.

Aos nossos Colaboradores, agradecemos o empenho, a colaboração, a competência demonstrada e a forma entusiástica como têm respondido ao esforço de crescimento e transformação da empresa.

Às Instituições de Crédito e aos nossos Fornecedores, o nosso reconhecimento pela forma como nos têm apoiado.

Ao Conselho Fiscal, Revisor Oficial de Contas e aos nossos Auditores, os nossos agradecimentos pelo conselho sempre disponível e competente.

Maia, 19 de Abril de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Fialho Martins Serrenho, *Presidente*

Maria Francisca Fialho Martins Serrenho Bulhosa, *Vogal*

Maria João Fialho Martins Serrenho Santos Lima, *Vogal*

Ângelo Barbedo César Machado, *Vogal*

Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro, *Vogal*

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Demonstrações consolidadas da posição financeira em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Montantes expressos em Euros)

		IAS/IFRS 31/12/16	IAS/IFRS 31/12/15
ACTIVO	Notas		
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Goodwill	7	23 771 320	20.077.734
Activos intangíveis	8	3 682 480	3.395.091
Activos fixos tangíveis	6	94 682 239	95.634.271
Propriedades de investimento	9	6 958 781	6.958.781
Outros activos financeiros	10, 11	3 761 961	3.528.531
Outros investimentos	4	133 194	11.836.913
Activos por impostos diferidos	12	4 398 433	4.615.047
Outros activos não correntes	10, 13	258 470	224.426
Total de activos não correntes		137 646 878	146.270.794
ACTIVOS CORRENTES:			
Inventários	14	32 934 201	34 073 828
Clientes	10, 15	35 383 005	31 166 678
Outras dívidas de terceiros	10, 16	3 684 495	4 973 895
Estado e outros entes públicos	10, 26	4 063 585	1 774 433
Outros activos correntes	10, 17	2 550 394	2 451 204
Outros activos financeiros	10, 11	14 192 710	17 491 408
Caixa e equivalentes a caixa	10, 18	33 862 242	28 086 744
Total de activos correntes		126 670 632	120 018 190
Total do activo		264 317 510	266 288 984
CAPITAL PRÓPRIO, PASSIVO E SEM CONTROLO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	10	25 000 000	25 000 000
Reserva legal	20	5 000 000	5 000 000
Reservas de reavaliação	20	2 758 445	2 758 445
Reservas de conversão cambial	20	(4 327 808)	(690 944)
Reservas de justo valor	20	(419 065)	(301 011)
Outras reservas		54 913 877	51 851 221
Resultado consolidado líquido do exercício		7 326 121	8 454 641
		90 251 570	92 072 352
Interesses sem controlo	21	4 987	7 452
Total do capital próprio		90 256 557	92 079 804
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	10, 22	87 800 000	84 359 123
Outras dívidas a terceiros	10, 25	3 581 184	4 386 957
Responsabilidades com pensões	23	1 231 278	977 589
Passivos por impostos diferidos	12	4 331 783	5 060 097
Total de passivos não correntes		96 944 245	94 783 766
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	10, 22	24 767 181	30 292 378
Fornecedores	10, 24	23 778 366	24 121 025
Outras dívidas a terceiros	10, 25	2 673 968	2 479 778
Estado e outros entes públicos	10, 26	7 526 341	5 475 595
Outros passivos correntes	10, 27	13 765 036	12 186 640
Provisões	28	4 605 816	4 869 998
Total de passivos correntes		77 116 708	79 425 414
Total do passivo e capital próprio		264 317 510	266 288 984

O Anexo faz parte integrante da Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2016.

A CONTABILISTA CERTIFICADA N.º 63002

Paula Macedo

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Fialho Martins Serrenho, *Presidente*
 Maria Francisca Fialho Martins Serrenho Bulhosa, *Vogal*
 Maria João Serrenho dos Santos Lima, *Vogal*
 Ângelo Barbedo César Machado, *Vogal*
 Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro, *Vogal*

Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	IAS/IFRS 31/12/16	IAS/IFRS 31/12/15
Proveitos operacionais:			
Vendas	29	210 297 066	200 368 138
Prestações de serviços	29	11 142	-
Outros proveitos operacionais		2 197 468	2 023 855
Total de proveitos operacionais		212 505 676	202 391 993
Custos operacionais:			
Custo das vendas	14	98 025 331	93 790 931
Varição da produção	14	(510 893)	960 017
Fornecimentos e serviços externos		39 469 546	36 846 543
Custos com o pessoal		50 769 822	44 477 253
Amortizações e depreciações	6, 8	8 390 247	7 775 352
Provisões e perdas por imparidade	28	(33 958)	310 159
Outros custos operacionais		4 744 730	3 447 358
Total de custos operacionais		200 854 826	187 607 613
Resultados operacionais		11 650 850	14 784 380
Custos financeiros	30	(3 071 426)	(5 117 561)
Proveitos financeiros	30	625 757	966 710
Resultados antes de impostos		9 205 181	10 633 529
Impostos sobre o rendimento	31	(1 881 525)	(2 344 274)
Resultado líquido consolidado do exercício		7 323 656	8 289 255
Operações em descontinuação	3	-	151 745
Resultado líquido consolidado do exercício		7 323 656	8 441 000
Atribuível:			
a detentores de capital próprio da Empresa-Mãe		7 326 121	8 454 641
a interesses sem controlo	21	(2 465)	(13 641)
		7 323 656	8 441 000
Resultados por acção:			
Básico	34	0,293	0,338
Diluído	34	0,293	0,338

O Anexo faz parte integrante da demonstração consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

A CONTABILISTA CERTIFICADA N.º 63002

Paula Macedo

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Fialho Martins Serrenho, *Presidente*
Maria Francisca Fialho Martins Serrenho Bulhosa, *Vogal*
Maria João Serrenho dos Santos Lima, *Vogal*
Ângelo Barbedo César Machado, *Vogal*
Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro, *Vogal*

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Montantes expressos em Euros)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de reavaliação	Reservas de conversão cambial	Reservas de cobertura	Reservas de justo valor	Outras reservas	Total de reservas	Interesses sem controlo	Resultado líquido	Total
Saldos em 1 de Janeiro de 2015	25.000.000	5.000.000	2.758.445	1.394.650	(91.607)	(11.893)	54.976.774	64.026.369	21.093	3.254.472	92.301.934
Aplicação do resultado consolidado de 2014:											
Transferência para Outras reservas	-	-	-	-	-	-	1.254.472	1.254.472	-	(1.254.472)	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.000.000)	(2.000.000)
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	(2.085.594)	91.607	(289.118)	-	(2.283.105)	(13.641)	8.454.641	6.157.895
Variações de perímetro	-	-	-	-	-	-	(399.505)	(399.505)	-	-	(399.505)
Outros	-	-	-	-	-	-	(3.980.520)	(3.980.520)	-	-	(3.980.520)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	25.000.000	5.000.000	2.758.445	(690.944)	-	(301.011)	51.851.221	58.617.711	7.452	8.454.641	92.079.804
Saldos em 1 de Janeiro de 2016	25.000.000	5.000.000	2.758.445	(690.944)	-	(301.011)	51.851.221	58.617.711	7.452	8.454.641	92.079.804
Aplicação do resultado consolidado de 2015:											
Transferência para Outras reservas	-	-	-	-	-	-	4.954.641	4.954.641	-	(4.954.641)	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.500.000)	(3.500.000)
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	(3.636.864)	-	(118.054)	-	(3.754.918)	(2.465)	7.326.121	3.568.738
Outros	-	-	-	-	-	-	(1.891.985)	(1.891.985)	-	-	(1.891.985)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	25.000.000	5.000.000	2.758.445	(4.327.808)	-	(419.065)	54.913.877	57.925.449	4.987	7.326.121	90.256.557

O Anexo faz parte integrante desta demonstração consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

A CONTABILISTA CERTIFICADA N.º 63002

Paula Macedo

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Fialho Martins Serrenho, *Presidente*
 Maria Francisca Fialho Martins Serrenho Bulhosa, *Vogal*
 Maria João Serrenho dos Santos Lima, *Vogal*
 Ângelo Barbedo César Machado, *Vogal*
 Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro, *Vogal*

Demonstrações consolidadas do rendimento integral para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Montantes expressos em Euros)

	IAS/IFRS 31/12/16	IAS/IFRS 31/12/15
Resultado consolidado líquido do exercício, incluindo interesses sem controlo	7 323 656	8 441 000
Outro rendimento integral:		
Itens que futuramente serão reclassificados para o resultado líquido:		
Variação do justo valor dos investimentos financeiros de cobertura	-	91 607
Variação nas reservas de conversão cambial	(3 636 864)	(2 085 594)
Variação nas reservas de justo valor	(118 054)	(289 118)
Saldos em 31 de Dezembro	3 568 738	6 157 895

O Anexo faz parte integrante desta demonstração consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

A CONTABILISTA CERTIFICADA N.º 63002

Paula Macedo

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Fialho Martins Serrenho, *Presidente*
 Maria Francisca Fialho Martins Serrenho Bulhosa, *Vogal*
 Maria João Serrenho dos Santos Lima, *Vogal*
 Ângelo Barbedo César Machado, *Vogal*
 Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro, *Vogal*

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	IAS/IFRS 31/12/16	IAS/IFRS 31/12/15
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		245 836 689	228 314 739
Pagamentos a fornecedores		(152 008 392)	(145 422 955)
Pagamentos ao pessoal		(28 664 617)	(27 242 562)
Fluxos gerados pelas operações		65 163 680	55 649 222
Pagamentos do imposto sobre o rendimento		(1 786 078)	(2 957 180)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		(44 271 820)	(34 883 916)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		(46 057 898)	(37 841 096)
Recebimentos relativos a operações em descontinuação			349 000
Fluxos das actividades operacionais (1)		19 105 782	18 157 126
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos disponíveis para venda		11 970 187	7 467 060
Propriedades de investimento		-	30 000
Activos fixos tangíveis		66 030	161 255
		12 036 217	7 658 315
Pagamentos respeitantes a:			
Outros investimentos		(1 186 350)	(8 508 450)
Investimentos disponíveis para venda		(11 043 312)	(13 775 021)
Activos fixos tangíveis		(5 358 190)	(6 962 137)
Activos intangíveis		(70 695)	(132 717)
		(17 658 547)	(29 378 325)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(5 622 330)	(21 720 010)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		103 050 424	57 572 075
Juros e proveitos similares		438 292	490 721
		103 488 716	58 062 796
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(106 130 534)	(80 836 329)
Dividendos		(3 500 000)	(1 800 000)
Juros e custos similares		(3 356 552)	(4 296 376)
		(112 987 086)	(86 932 705)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(9 498 369)	(28 869 909)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		3 985 083	(32 432 793)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		28 086 744	59 582 437
Variação de perímetro	5	3 238 256	-
Variação cambial em caixa e seus equivalentes no início do exercício		(1 447 841)	937 100
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	18	33 862 242	28 086 744

O Anexo faz parte integrante da demonstração consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

A CONTABILISTA CERTIFICADA N° 63002

Paula Macedo

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Fialho Martins Serrenho, *Presidente*
 Maria Francisca Fialho Martins Serrenho Bulhosa, *Vogal*
 Maria João Serrenho dos Santos Lima, *Vogal*
 Ângelo Barbedo César Machado, *Vogal*
 Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro, *Vogal*

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes expressos em Euros)

Nota introdutória

A CIN – Corporação Industrial do Norte, S.A. (“CIN” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1926, que tem a sua sede social na Maia e encabeça um Grupo (“Grupo CIN” ou “Grupo”), cujas empresas têm como actividade principal a produção e comercialização de tintas, vernizes e produtos afins.

O Grupo desenvolve a sua actividade em Portugal, detendo subsidiárias a operar essencialmente em Espanha, França, Holanda, Luxemburgo, Angola, Moçambique, África do Sul e México.

Em 31 de Dezembro de 2016, a Pleso Holding B.V. (empresa sedeada na Holanda) detém a totalidade do capital social da CIN.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (com arredondamento às unidades) dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política descrita no ponto 1.2.d).

1. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são como segue:

1.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 3), mantidos de acor-

do com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2016. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”), as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações, emitidas, respectivamente, pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e pelo Standing Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido adoptadas pela União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por “IFRS”.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa, suas subsidiárias e associadas operarem em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efectuada, o Conselho de Administração concluiu que dispõe de recursos adequados para manter as actividades, não havendo intenção de cessar as actividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Adopção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à IAS 19 – Benefícios dos empregados – Contribuições de empregados	1-Fev-15	Clarifica em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012)	1-Fev-15	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com: IFRS 2 – Pagamentos com base em acções: definição de <i>vesting condition</i> ; IFRS 3 – Concentração de actividades empresariais: contabilização de pagamentos contingentes; IFRS 8 – Segmentos operacionais: divulgações relacionadas com o julgamento aplicado em relação à agregação de segmentos e clarificação sobre a necessidade de reconciliação do total de activos por segmento com o valor de activos nas demonstrações financeiras; IAS 16 – Activos fixos tangíveis e IAS 38 – Activos intangíveis: necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de activos fixos; e IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas: define que uma entidade que preste serviços de gestão à Empresa ou à sua empresa-mãe é considerada uma parte relacionada; e IFRS 13 – Justo valor: clarificações relativas à mensuração de contas a receber ou a pagar de curto prazo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014)	1-Jan-16	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com: IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas: introduz orientações de como proceder no caso de alterações quanto ao método expectável de realização (venda ou distribuição aos accionistas); IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações: clarifica os impactos de contratos de acompanhamento de activos no âmbito das divulgações associadas a envolvimento continuado de activos desconhecidos, e isenta as demonstrações financeiras intercalares das divulgações exigidas relativamente a compensação de activos e passivos financeiros; IAS 19 – Benefícios dos empregados: define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados; e IAS 34 – Relato financeiro intercalar: clarificação sobre os procedimentos a adoptar quando a informação está disponível em outros documentos emitidos em conjunto com as demonstrações financeiras intercalares.
Emenda à IFRS 11 – Acordos conjuntos – Contabilização de aquisições de interesses em acordos conjuntos	1-Jan-16	Esta emenda está relacionada com a aquisição de interesses em operações conjuntas. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta adquirida constituir uma actividade empresarial de acordo com a IFRS 3. Quando a operação conjunta em questão não constituir uma actividade empresarial, deverá a transacção ser registada como uma aquisição de activos. Esta alteração tem aplicação prospectiva para novas aquisições de interesses.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras – “Disclosure Initiative”	1-Jan-16	Esta emenda vem clarificar alguns aspectos relacionados com a iniciativa de divulgações, designadamente: (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens imateriais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas; (ii) as divulgações especificamente requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material; (iii) as linhas das demonstrações financeiras especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas, conforme tal for mais relevante para os objectivos do relato financeiro; (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados; (v) a estrutura das notas deve ser flexível, devendo estas respeitar a seguinte ordem: <ul style="list-style-type: none"> • uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas; • uma descrição das políticas contabilísticas relevantes na segunda secção; • informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção; e • outra informação na quarta secção

Emenda à IAS 16 – Activos fixos tangíveis e IAS 38 – Activos intangíveis – Métodos de depreciação aceitáveis	1-Jan-16	Esta emenda estabelece a presunção (que pode ser refutada) de que o rédito não é uma base apropriada para amortizar um activo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de activos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortização de activos intangíveis só poderá ser refutada quando o activo intangível é expresso em função do rendimento gerado ou quando a utilização dos benefícios económicos está altamente correlacionada com a receita gerada.
Emenda à IAS 16 – Activos fixos tangíveis e IAS 41 – Agricultura – Plantas de produção	1-Jan-16	Esta emenda vem excluir as plantas que produzem frutos ou outros componentes destinados a colheita e/ou remoção do âmbito de aplicação da IAS 41, passando as mesmas a estar abrangidas pela IAS 16.
Emenda à IAS 27 – Aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas	1-Jan-16	Esta emenda vem introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração actualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospectivamente
Emendas à IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12 - Divulgações sobre participações noutras entidades e IAS 28 – Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas	1-Jan-16	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspectos relacionados com a aplicação da excepção de consolidação por parte de entidades de investimento.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, decorrente da adopção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores	1-Jan-18	Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de activos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	1-Jan-18	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rédito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rédito - Transacções de troca directa envolvendo serviços de publicidade.

O Grupo não estima impactos relevantes da aplicação destas normas.

Normas e interpretações novas, emendadas ou revisões não adoptadas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adoptadas (“endor-se-d”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	
IFRS 14 – Activos regulados	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adoptem pela primeira vez as IFRS aplicáveis a activos regulados.
IFRS 16 – Locações	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de activos e passivos para todos os contratos de locação, excepto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre activos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
Emendas à IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas e IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de activos entre o investidor e a associada ou entre o investidor e o empreendimento conjunto.
Emendas à IAS 12 – Imposto sobre o rendimento	Estas emendas vêm clarificar as condições de reconhecimento e mensuração de activos por impostos resultantes de perdas não realizadas.
Emendas à IAS 7 – Demonstração de fluxos de caixa	Estas emendas vêm introduzir divulgações adicionais relacionadas com os fluxos de caixa de actividades de financiamento.
Emendas à IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Estas emendas vêm introduzir diversas clarificações na norma com vista a eliminar a possibilidade de surgirem interpretações divergentes de vários tópicos.
Emendas à IFRS 2 – Pagamentos com base em acções	Estas emendas vêm introduzir diversas clarificações na norma relacionadas com: (i) o registo de transacções de pagamentos com base em acções que são liquidadas com caixa; (ii) o registo de modificações em transacções de pagamentos com base em acções (de liquidadas em caixa para liquidadas com instrumentos de capital próprio); (iii) a classificação de transacções com características de liquidação compensada.
Emendas à IFRS 4 – Contratos de seguro	Estas emendas proporcionam orientações sobre a aplicação da IFRS 4 em conjunto com a IFRS 9.
Emendas à IAS 40 – Propriedades de investimento	Estas emendas clarificam que a mudança de classificação de ou para propriedade de investimento apenas deve ser feita quando existem evidências de uma alteração no uso do activo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com: IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro: elimina algumas isenções de curto prazo; IFRS 12 – Divulgação de interesses noutras entidades: clarifica o âmbito da norma quanto à sua aplicação a interesses classificados como detidos para venda ou detidos para distribuição ao abrigo da IFRS 5; IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos: introduz clarificações sobre a mensuração a justo valor por resultados de investimentos em associadas ou joint ventures detidos por sociedades de capital de risco ou por fundos de investimento.
IFRIC 22 – Transacções em moeda estrangeira e adiantamentos	Esta interpretação vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do rendimento diferido como a data da transacção para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito.

Estas normas não foram ainda adoptadas (“endor-se-d”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados pelo Grupo em 31 de Dezembro de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com os IFRS, o Conselho de Administração do Grupo adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efectuadas pelo Conselho de Administração foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. O Conselho de Administração do Grupo entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

1.2. Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As Empresas em que o Grupo detém controlo, isto é, em que cumulativamente preenche as seguintes condições: i) tem poder sobre a participada; ii) está exposta a, ou tem direito sobre, resultados variáveis por via do seu relacionamento com a participada; e iii) tem capacidade de utilizar o seu poder sobre a participada para afectar o montante dos seus resultados, foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, na rubrica “Interesses sem controlo”. As empresas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 3.

Nas concentrações empresariais ocorridas após a data de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia - IFRS (1 de Janeiro de 2004), os activos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição conforme estabelecido pela IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais”, po-

dendo tal mensuração ser concluída num prazo de 12 meses após a data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos (incluindo passivos contingentes) é reconhecido como Goodwill (Nota 1.2 c)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor de activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do exercício após reconfirmação do justo valor atribuído aos activos líquidos adquiridos. Os interesses de accionistas sem controlo são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos na demonstração dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda, respectivamente.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico (“Special Purpose Entities” – SPE’s), ainda que não possua participações de capital directa ou indirectamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, não existem este tipo de entidades nas incluídas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos financeiros em empresas associadas são inicialmente contabilizados pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido do valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial. As participações financeiras são posteriormente ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. Adicionalmente, os dividendos destas empresas são registados como uma diminuição do valor do investi-

mento, e a parte proporcional nas variações dos capitais próprios é registada como uma variação do capital próprio do Grupo.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor da rubrica “Investimentos em empresas associadas” (Nota 1.2.c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como um proveito do exercício na rubrica “Resultados relativos a empresas associadas”, após reconfirmação do justo valor atribuído.

Anualmente, é efectuada uma avaliação dos investimentos em associadas, de modo a verificar a existência de indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir, são objecto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, sendo nesses casos registada uma provisão para outros riscos e encargos para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Grupo não detinha investimentos financeiros em empresas associadas.

c) Goodwill

Nas concentrações de actividades empresariais ocorridas após a data de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia - IFRS (1 de Janeiro de 2004), as diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis (incluindo passivos contingentes) dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas na rubrica do activo “Goodwill” (Nota 7) ou mantidas na rubrica “Investimentos em empresas associadas”, consoante se refiram a empresas do Grupo ou a empresas associadas, e quando negativas, são registadas como pro-

veitos directamente na demonstração dos resultados, após reconfirmação do justo valor atribuído.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro e o justo valor dos activos e passivos identificáveis (incluindo passivos contingentes) dessas filiais à data da sua aquisição encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica de capitais próprios “Reservas de conversão cambial”.

As diferenças de consolidação originadas em aquisições anteriores a 1 de Janeiro de 2004 foram mantidas pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal a essa data, e foram objecto de testes de imparidade, sendo os impactos desses ajustamentos registados na rubrica “Resultados transitados”, incluída na rubrica “Outras reservas”, em conformidade com as disposições constantes da IFRS 1. No caso de filiais estrangeiras, as diferenças de consolidação foram reexpressas na moeda funcional de cada filial, retrospectivamente.

O Grupo, numa base de transacção a transacção (para cada concentração de actividades empresariais), optará por mensurar qualquer interesse que não controla na adquirida ou pelo justo valor ou pela parte proporcional do interesse que não controla dos activos líquidos identificáveis da adquirida. Até 1 de Janeiro de 2010, os interesses que não controlam eram valorizados exclusivamente de acordo com a proporção do justo valor dos activos e passivos adquiridos.

O valor dos pagamentos contingentes futuros é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de “Goodwill”, mas apenas se ocorrer dentro do período de mensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transacções de compra ou venda de interesses em entidades já controladas, sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transacções entre detentores de capital afectando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto na rubrica “Goodwill” ou em resultados.

No momento em que uma transacção de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os activos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

O valor do goodwill não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa são determinados com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence. Estes cálculos exigem a utilização de pressupostos que são efectuados com base em estimativas de circunstâncias futuras cuja ocorrência poderá vir a ser diferente da estimada. As perdas por imparidade das diferenças de consolidação constata- das no exercício são registadas na demonstração dos resultados do exercício na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”. As perdas por imparidade relativas a diferenças de consolidação não podem ser revertidas.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data do balanço, e os custos e os proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial gerada após 1 de Janeiro de 2004 é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão”. As diferenças cambiais acumuladas geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida da rubrica do capital próprio “Outras reservas”.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo sedeadas no estrangeiro, e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas empresas, sendo convertidas para a moeda do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica de capital próprio “Reservas de conversão cambial”.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

As cotações utilizadas para conversão para Euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

	31 de Dezembro de 2016		31 de Dezembro de 2015	
	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício
Kwanza (AOA)	174,537	180,569	146,854	133,041
Metical (MZN)	75,463	69,346	49,297	41,313
Rand Sul Africano (ZAR)	14,4541	16,2835	16,9435	14,1685
Peso Mexicano (MXM)	21,8100	20,6677	18,9162	17,6151

1.3. Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos usados pelo Grupo CIN na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

a) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IAS/IFRS), encontram-se registadas ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (e nos países das respectivas subsidiárias do Grupo) até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas.

As perdas por imparidade detectadas no valor de re-avaliação dos activos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Amortizações e depreciações” da demonstração dos resultados.

As amortizações são calculadas, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada Grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos	
	20	50
Edifícios e outras construções	20	50
Equipamento básico	7	17
Equipamento de transporte	3	5
Equipamento administrativo	3	14
Outros activos fixos e ferramentas	4	14

As despesas correntes com reparação e manutenção do activo fixo tangível são consideradas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos tangíveis ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes activos são transferidos para activos fixos tangíveis e amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros proveitos operacionais” ou “Outros custos operacionais”.

b) Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis só são reconhecidos se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o mesmo tem o poder de os controlar e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os activos intangíveis que compreendem essencialmente custos incorridos com o desenvolvimento de projectos, despesas com propriedade industrial e outros direitos e software, são amortizados pelo método das quotas constantes durante um período de três a cinco anos.

Os trespasses não são objecto de amortização, sendo os mesmos sujeitos a testes anuais de imparidade.

No caso de marcas em que a vida útil é indefinida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

As amortizações do exercício das imobilizações incorpóreas são registadas na demonstração dos resultados na rubrica “Amortizações e depreciações”.

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que correspondem a activos imobiliários detidos para obtenção de rendimento através do seu arrendamento ou para valorização, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos, são registadas ao custo de aquisição. O Grupo procede à divulgação do justo valor das propriedades de investimento (Nota 9).

d) Instrumentos financeiros

i) Investimentos

O Grupo classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: “Investimentos registados ao justo valor através de resultados”, “Empréstimos e contas a receber”, “Investimentos detidos até ao vencimento” e “Investimentos disponíveis para venda”. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: “activos financeiros detidos para negociação” e “investimentos registados ao justo valor através de resultados”. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adopção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Investimentos detidos até ao vencimento

Esta categoria inclui os activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento. Estes investimentos são classificados como Activos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço.

Investimentos disponíveis para venda

Incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transacção, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do activo. Os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transacção, sendo a única excepção os “investimentos registados ao justo valor através de resultados”. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transacção são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, consequentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os “investimentos disponíveis para venda” e os “investimentos registados ao justo valor através de resultados” são posteriormente mantidos ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data de balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os “Empréstimos e contas a receber” e os “Investimentos detidos até ao vencimento” são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos “Investimentos registados ao justo valor através de resultados” são registados na demonstração dos resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até ao investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

O justo valor dos investimentos financeiros detidos para venda é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/ líquido (investimentos não cotados), o Grupo regista ao custo de aquisição,

tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho do mercado bolsista onde os mesmos são transaccionados, à data de cada demonstração da posição financeira.

O Grupo efectua avaliações à data de cada demonstração da posição financeira sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para “Investimentos disponíveis para venda”, as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda por imparidade anteriormente reconhecida na demonstração dos resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração dos resultados.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contractos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira.

ii) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros que não vençam juros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflectam o seu valor presente realizável líquido. Estes montantes não são descontados por não se considerar material o efeito da sua actualização financeira.

iii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal deduzido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

iv) Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal, excepto nas situações em que se considera material o efeito da actualização financeira.

v) Instrumentos derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação (especulação).

Os instrumentos derivados ("cash-flow hedges") utilizados pelo Grupo respeitam a "swaps" de taxa de juro para cobertura do risco de variação de taxa de juro em empréstimos obtidos.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica "Reservas de cobertura", sendo transferidos para resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

Caso os instrumentos derivados não se enquadrem nos requisitos acima indicados para classificação como instrumentos de cobertura, apesar de inicialmente contratados para esse fim, as variações no seu justo valor são reconhecidas directamente na demonstração dos resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas até então, que se encontram registadas em capital próprio na rubrica "Reservas de cobertura", são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração dos resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados separados nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos de acolhimento e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração dos resultados.

vi) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e seus equivalentes" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

e) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado em activos fixos tangíveis, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, os juros são incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 1.3 a), são registados como custos financeiros e amortização do exercício respectivamente, na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam (Nota 33).

f) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados e intermédios encontram-se valorizados ao custo de produção (inclui o custo de ma-

térias-primas incorporadas, mão-de-obra directa e os gastos gerais de fabrico), o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

As perdas por imparidade acumuladas para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição ou produção e o valor realizável líquido das existências.

g) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 28). As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

h) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e participações recebidas a fundo perdido, para financiamento de activos fixos tangíveis, são registados, apenas quando existe uma garantia razoável de recebimento, nas rubricas “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes”, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações dos activos fixos tangíveis subsidiados.

Os subsídios relacionados com custos incorridos são registados como proveito na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que a Empresa já tenha incorrido nos custos subsidiados e que cumpra com as condições exigidas para a sua concessão.

i) Complementos de reforma

Conforme mencionado na Nota 23, o Grupo assumiu, através da Empresa-mãe e de algumas filiais, compromissos de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos, tendo sido constituídos para o efeito fundos de pensões autónomos ou seguros.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter anualmente cálculos actuariais dessas responsabilidades, determinadas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”.

Em conformidade com a IAS 19 – “Benefícios dos empregados” os custos com responsabilidades passadas são imediatamente reconhecidos nas situações em que os benefícios se encontram a ser pagos, caso contrário são reconhecidos em quotas constantes durante o período médio estimado até à data de início de pagamento dos benefícios.

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data da demonstração da posição financeira representam o valor presente dos benefícios futuros ajustado de ganhos ou perdas actuariais e/ou de responsabilidades por serviços passados não reconhecidas, reduzido do justo valor dos activos líquidos do fundo de pensões.

j) Especialização de exercícios e Rédito

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outros activos correntes” e “Outros passivos correntes”.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para o Grupo e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do Grupo.

k) Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

l) Consolidação fiscal

Os impostos sobre o rendimento do exercício são calculados com base no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS"), o qual inclui a maior parte das empresas do Grupo CIN com sede em Portugal, e reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CIN em 31 de Dezembro de cada ano. As empresas do Grupo CIN sedeadas em Espanha: Amida Inversiones, S.L., CIN Valentine, S.A.U., Pinturas CIN Canárias, S.A.U., CIN Pinturas y Barnices, CIN Inmuebles, S.L. e a Soritec S.A. são igualmente tributadas pelo respectivo lucro consolidado fiscal, em conformidade com a legislação espanhola. As empresas do Grupo CIN sedeadas em França, Celliose e PFI, são também tributadas pelo respectivo lucro consolidado fiscal, em conformidade com a legislação francesa. Adicionalmente, as restantes empresas do Grupo CIN são tributadas em base individual e em conformidade com a legislação aplicável.

m) Classificação na demonstração da posição financeira

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes, sendo igualmente incluídos nestas rubricas os activos e os passivos por impostos diferidos.

n) Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual, apurado nas contas individuais da Empresa, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

o) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data da demonstração da posição financeira.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

p) Imparidade de activos, excepto goodwill

É efectuada uma avaliação de imparidade dos activos do Grupo à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperável. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para activos detidos para alienação) é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade". O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demons-

tração dos resultados na rubrica “Outros proveitos operacionais”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Evidência de existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos nos pagamentos principais por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e informação do seu departamento jurídico, que lhe permitem efectuar uma estimativa dos montantes em imparidade. No caso dos inventários, as imparidades são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação de inventários.

q) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, excepto se afecto à construção/desenvolvimento de activos elegíveis. A capitalização destes encargos inicia-se após o início da preparação das actividades de construção, e cessa quando o activo se encontra pronto para utilização ou caso o projecto seja suspenso.

r) Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como (i) obrigações que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, sendo os mesmos divulgados no Anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, mas divulgados no Anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

s) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração do Grupo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 incluem:

- a) Vidas úteis dos activos tangíveis e intangíveis;
- b) Testes de imparidade realizados ao goodwill e aos activos intangíveis de vida útil indefinida;
- c) Registo de imparidades aos valores do activo (contas a receber e existências) e provisões;
- d) Realização de activos por impostos diferidos; e
- e) Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorreram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

t) Política de gestão de risco

No desenvolvimento da sua actividade, o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do

Grupo, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco do Grupo é controlada pelo departamento financeiro da CIN, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de juro, risco de crédito e risco de liquidez.

i) Risco de taxa de câmbio

Na sua actividade operacional, o Grupo realiza transacções expressas em outras moedas que não o Euro, estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio. Por política do Grupo, é eleita uma moeda funcional por cada participada, correspondendo à moeda do seu ambiente económico principal e aquela que melhor representa a composição dos seus cash-flows. Assim, este risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transacções comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio. A política de gestão de risco de taxa de câmbio de transacção do Grupo procura minimizar ou eliminar esse risco, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

O montante de activos e passivos (em Euros) do Grupo registados em moeda diferente do Euro pode ser resumido como segue:

	Tintas Cin Angola	Tintas Cin Moçambique	Tintas Cin México	Tintas Cin África do Sul
31 de Dezembro de 2016				
Activos	26.101.212	4.613.009	468.425	1.189.395
Passivos	(980.990)	(538.944)	(26.148)	(108.097)
	25.120.222	4.074.065	442.277	1.081.298
31 de Dezembro de 2015				
Activos	28.581.347	5.840.992	509.687	1.110.022
Passivos	(2.068.506)	(703.277)	(41.972)	(14.855)
	26.512.841	5.137.715	467.715	1.095.167

O risco de tradução ou conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras, também chamado de risco contabilístico, traduz o potencial de alteração da situação líquida da Empresa-mãe por força da necessidade de “traduzir” as demonstrações financeiras das participadas no exterior. A política de gestão do risco de câmbio de tradução do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países

em equação e as estruturas de capital dessas participadas (em 31 de Dezembro de 2016, esta situação é apenas aplicável às subsidiárias acima apresentadas).

Conforme mencionado na Nota 1.2 d), os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço e os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica "Reservas de conversão cambial".

ii) Risco de preço

O risco de preço está essencialmente ligado às matérias-primas como o zinco, as resinas e o dióxido de titânio.

Existe um acompanhamento permanente da evolução do preço destas matérias-primas e das perspectivas da sua evolução futura, sendo o risco gerido em função destas expectativas.

Relativamente ao zinco, a gestão do risco é efectuada, quando oportuno, pela cobertura através do mercado de futuros. Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 não existem posições em aberto relativas a estes instrumentos.

Para as resinas e para o dióxido de titânio, sempre que as condições de mercado o permitem, são celebrados contractos com os fornecedores que garantem os preços por um período alargado, normalmente um semestre.

Variações anormais dos preços destas matérias-primas poderão ser reflectidas nos preços de venda.

iii) Risco de crédito

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando uma perda para o Grupo.

O risco de crédito decorrente da actividade operacional está essencialmente relacionado com dívidas de vendas realizadas e serviços prestados a clientes. A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro do Grupo. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objectivo da gestão é (a) limitar o crédito concedido a clientes,

considerando o prazo médio de recebimento de cada cliente, (b) monitorar a evolução do nível de crédito concedido, e (c) efectuar análises de imparidade aos valores a receber numa base regular.

O Grupo não apresenta risco de crédito significativo com algum cliente em particular, ou com algum grupo de clientes com características semelhantes, na medida em que as contas a receber estão repartidas por um amplo leque de clientes, diferentes segmentos de negócio e diferentes áreas geográficas. O Grupo obtém garantias de crédito, sempre que a situação financeira de um cliente assim o recomende. Para os clientes em que o risco de crédito o justifique, essas garantias consubstanciam-se em seguros de crédito e garantias bancárias.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 encontram-se divulgados na Nota 28.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Grupo considera que não existe a necessidade de perdas por imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 28.

Os montantes relativos aos activos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, os quais se encontram líquidos de perdas por imparidade acumuladas, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão do risco de liquidez do Grupo CIN tem por objectivo:

- Liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento;
- Segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira – garantir a minimização

do custo de oportunidade de detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

O Grupo tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de activos e passivos, gerindo as respectivas maturidades de forma equilibrada. Olhando para o balanço do Grupo sob o prisma da liquidez e da exigibilidade, verifica-se que em final de 2016 e 2015, os “capitais permanentes” são de dimensão superior aos activos não correntes, denotando bem a preocupação do Grupo na prossecução de uma gestão financeira equilibrada. Na gestão da sua exposição ao risco de liquidez o Grupo assegura a contratação de instrumentos e facilidades de crédito de diversas naturezas e em montantes adequados à especificidade das necessidades de cada negócio e participada, garantindo níveis confortáveis de folga de liquidez. Também por política, essas facilidades são contratadas sem envolver concessão de garantias.

v) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante de endividamento indexado a taxas variáveis.

O endividamento do Grupo encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco de volatilidade. O impacto dessa volatilidade nos resultados e no capital próprio do Grupo não é significativo em virtude do relativo baixo nível de endividamento e da possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos nos resultados operacionais do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (“natural hedge”).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Grupo apresenta um endividamento líquido de 64.512.229 Euros e 69.073.349 Euros, respectivamente, divididos entre empréstimos correntes e não correntes (Nota 22) e caixa e equivalentes de caixa (Nota 18) contratados junto de diversas instituições, bem como o montante de 14.192.710 Euros (17.491.408 Euros em 2015) incluídos na rubrica “Outros activos financeiros” de curto prazo, em função das suas características.

As receitas e “cash-flows” do Grupo são minimamente influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades da Empresa e bem assim os eventuais financiamentos concedidos a outras empresas do Grupo, se encontram dependentes unicamente da evolução das taxas de juro em Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

Em financiamentos de longo prazo e como forma de cobrir a eventual variação de taxa de juro de longo prazo, o Grupo contrata, sempre que apro-

priado, instrumentos financeiros derivados de cobertura de “cash-flows” (“swaps” de taxa de juro).

Análise de Sensibilidade da Taxa de Juro

A análise de sensibilidade abaixo foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros (derivados e não derivados) existentes à data do balanço. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- O montante do passivo em dívida à data de balanço manteve-se durante todo o ano em análise, e as datas para refixação de preços ocorrem no início do exercício;
- As alterações nas taxas de juro do mercado afectam o montante do juro a receber ou a pagar, dos instrumentos com taxa variável;
- As alterações nas taxas de juro do mercado só influenciam o montante do juro a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros com taxa fixa, se os mesmos forem registados pelo seu justo valor;
- As alterações nas taxas de juro do mercado afectam o justo valor dos derivados de cobertura e todos os derivados de cobertura de taxa de juro são eficientes;
- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados (“swaps”) ou de outro activo e passivo financeiro é estimado descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas das “yields”.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

Se as taxas de juro tivessem sido 0,75 pontos percentuais superiores/inferiores, e todas as outras variáveis permanecessem constantes, pressuposto que dificilmente ocorrerá dada a correlação com outras variáveis, o impacto no resultado líquido e nas outras reservas do Grupo teria sido o seguinte:

	2016		2015	
	-0,75 b.p.	+0,75 b.p.	-0,75 b.p.	+0,75 b.p.
Resultado Líquido ⁽¹⁾	380.000	(390.000)	421.000	(421.000)
Capitais Próprios ⁽²⁾	-	-	-	-

(1) devido essencialmente à exposição do Grupo às taxas de juro nos seus empréstimos de taxa variável;

(2) devido essencialmente às alterações de justo valor dos derivados de cobertura.

Na opinião do Conselho de Administração, esta análise de sensibilidade não é representativa do

risco inerente à taxa de juro, sendo que a exposição do final de cada exercício poderá não coincidir com a verificada ao longo do mesmo, dado que esta não reflecte os pagamentos efectuados.

u) *Eventos subsequentes*

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

2. Alterações de políticas e correcções de erros

Durante o exercício de 2016 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

3. Empresas filiais incluídas na consolidação

As empresas filiais incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2016, são como segue:

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Efectiva
Com sede em Portugal:				
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A. ("Empresa mãe")	Maia	-	-	-
Cin Industrial Coatings, S.A. ("Cin Industrial Coatings")	Maia	-	100%	100%
Sotinco Refinish, S.A. ("Refinish")	Maia	-	100%	100%
Terraços do Souto – Sociedade Imobiliária, S.A. ("Terraços do Souto")	Maia	100%	-	100%
Martolar – Materiais de Construção, Lda. ("Martolar")	Alenquer	100%	-	100%
Nictrading – Comércio Internacional, Lda. ("Nictrading")	Machico	-	100%	100%
Navis – Marina Paints, S.A. ("Navis")	Maia	45%	-	45%
Atossa Imobiliária, Sociedade Unipessoal, Lda. ("Atossa")	Maia	100%	-	100%
Com sede em outros países:				
CIN Valentine, S.A. ("CIN Valentine")	Barcelona (Espanha)	-	100%	100%
Pinturas Cin Canarias, S.A. ("Pinturas Cin Canarias")	Tenerife (Espanha)	-	100%	100%
Amida Inversiones, S.L. ("Amida Inversiones")	Madrid (Espanha)	5%	95%	100%
Cin Inmuebles, S.L. ("Cin Inmuebles")	Barcelona (Espanha)	-	100%	100%
Cin Pinturas & Barnices, SLU ("Cin Pinturas & Barnices")	Madrid (Espanha)	-	100%	100%
Cin Internacional B.V. ("Cin BV")	Amesterdão (Holanda)	100%	-	100%
Tintas Cin de Angola, SARL ("Cin Angola")	Benguela (Angola)	1%	99%	100%
Tintas Cin (Moçambique), SARL ("Cin Moçambique")	Maputo (Moçambique)	-	100%	100%
Coatings RE, S.A. ("Coatings RE")	Luxemburgo	-	100%	100%
Vita Investments, S.A. ("Vita Investments")	Luxemburgo	-	100%	100%
PF Investissements, S.A. ("PF Investissements")	Lyon (França)	-	100%	100%
Cin Celliose, S.A. ("Celliose")	Lyon (França)	-	100%	100%
Cin Coatings Mexico S de RL de CV ("Cin Coatings Mexico")	Izcalli (Mexico)	-	100%	100%
Cin Coatings South Africa (PTY), Ltd. ("Cin Coatings South Africa")	Johannesburg (África do Sul)	-	99%	99%
Cin Monopol, SAS ("Monopol")	Valence (França)	-	100%	100%
Laboratoires des PPC, SRL ("PPC")	Lyon (França)	-	100%	100%
CIN SORITEC, S.A. ("Soritec")	Girona (Espanha)	-	100%	100%
NASA. Sociedad de R.L.	Valence (França)	-	100%	100%

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pelo IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e individuais” (Nota 1.2 a).

Durante o exercício de 2015, o Grupo entrou num processo que conduziu à aquisição de um grupo de empresas (“Grupo CIN Monopol”), localizadas em França e em Espanha, tendo iniciado controlo daquele Grupo em Janeiro de 2016 (Nota 5).

Durante o exercício de 2015, as empresas CIN Coatings Mexico, CIN Coatings South Africa e CIN Pinturas & Barnices, detidas pela Amida Inversiones, passaram a ser incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral.

Adicionalmente, no exercício de 2015, o Grupo alienou as suas operações afectas à actividade de comércio de tintas, vernizes e produtos afins e acessórios destinados à repintura automóvel, no mercado nacional, tendo o resultado desta alienação sido registado na rubrica “Operações em descontinuação” naquele exercício.

4. Empresas filiais excluídas da consolidação

As empresas filiais excluídas da consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2016, são como segue:

Denominação social	Sede	Valor de balanço	Percentagem do capital detido		
			Directa	Indirecta	Efectiva
<i>Detidas por CIN:</i>					
Tintas Cin Guiné, Lda. (“Cin Guiné”)	Bissau (Guiné)	-	51%	-	51%
Tintas Cin Macau, Lda. (“Cin Macau”)	Macau (China)	-	90%	-	90%

Os investimentos financeiros nas empresas do Grupo – CIN Guiné e CIN Macau encontram-se registados ao custo de aquisição, sendo registada uma perda por imparidade para reduzir os mesmos ao valor estimado líquido de realização em face da sua inactividade.

O Grupo detém ainda as subsidiárias “CIN Brasil Participações, Ltda.”, “CIN Coatings Turkey, Limited” e “CIN Coatings Polska Sp. zoo.”, as quais não apresentaram actividade relevante, pelo que foram excluídas de consolidação, e cujo montante líquido global de investimento ascende a, aproximadamente, 130 mil Euros. O Conselho de Administração da CIN entende que a não consolidação destas filiais não produz um efeito relevante das demonstrações financeiras consolidadas.

5. Alterações no perímetro da consolidação

Conforme referido na Nota 4, o Grupo CIN adquiriu no exercício de 2015 a totalidade do capital do Grupo

CIN Monopol, constituído pelas sociedades “CIN Monopol, SAS”, “Laboratoires des PPC, SRL”, “CIN SORITEC, S.A.” e “NASA, Sociedad de R.L.”, tendo passado a controlar este Grupo com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2016.

A integração do Grupo Monopol na unidade de negócio Indústria permite alargar o espectro de complementaridade da oferta de produtos, consolidando a nossa estratégia de afirmação no mercado.

A inclusão das empresas adquiridas relativas ao Grupo CIN Monopol em 1 de Janeiro de 2016 teve o seguinte impacto na variação do perímetro das demonstrações financeiras consolidadas no exercício de 2016:

Activos líquidos adquiridos	Nota	Valor Contabilístico	Ajustamentos de justo valor	Justo valor
Activos fixos tangíveis	6	1.883.838	-	1.883.838
Activos intangíveis	8	309.491	-	309.491
Investimentos		56	-	56
Inventários	14	3.746.541	(750.000)	2.996.541
Clientes e outras dívidas de terceiros		3.766.466	-	3.766.466
Caixa e equivalentes de caixa		3.238.256	-	3.238.256
Outros activos		45.613	-	45.613
Provisões para riscos e encargos	28	(20.000)	(2.250.000)	(2.270.000)
Empréstimos obtidos		(915.588)	-	(915.588)
Fornecedores e outros credores		(2.969.456)	-	(2.969.456)
Outros passivos		(80.504)	-	(80.504)
		9.004.713	(3.000.000)	6.004.713
Goodwill	7			3.693.586
Preço de aquisição				9.698.299
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição:				
Pagamentos efectuados				(9.698.299)
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos				3.238.256
				(6.460.043)

Os ajustamentos de justo valor efectuados decorrem, quer de exigências contratuais, quer de contingências detectadas no decorrer da due diligence efectuada, das quais se destacam:

- investimentos a efectuar para adequação às normas de segurança e prevenção de riscos do Grupo Cin;
- imparidades relacionadas com inventários.

6. Activos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor bruto dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Exercício de 2016

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos e ferramentas	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activo bruto								
Saldo inicial	21.989.527	107.194.687	64.261.238	4.612.782	23.807.045	3.336.389	6.265.499	231.467.167
Adições	1.959.708	691.467	573.876	222.512	319.088	205.439	1.962.803	5.934.894
Alienações e Abates	-	(208.881)	(387.260)	(374.751)	(66.793)	(48.050)	(885.517)	(1.971.252)
Transferências	-	347.474	961.060	24.482	290.314	-	(1.935.505)	(312.175)
Variações do perímetro	317.928	2.122.707	2.752.589	421.152	311.941	158.584	-	6.084.901
Ajustes	-	141.514	(42.079)	40.248	(27.831)	77.972	147.486	337.310
Saldo Final	24.267.163	110.288.968	68.119.424	4.946.425	24.633.764	3.730.334	5.554.766	241.540.844

Amortizações e perdas de Imparidade acumuladas

Saldo inicial	-	60.412.980	53.473.683	3.225.214	16.762.303	1.958.717	-	135.832.897
Amortizações exercício	-	3.369.067	2.097.127	331.480	1.620.099	153.448	-	7.571.220
Alienações e Abates	-	(205.890)	(388.474)	(341.119)	(61.282)	(44.737)	-	(1.041.502)
Transferências	-	78.760	(86.183)	24.536	(1.084)	-	-	16.029
Variação de perímetro	-	1.284.087	2.421.813	122.309	258.159	114.693	-	4.201.061
Ajustes	-	61.389	84.684	67.135	24.213	41.472	-	278.893
Saldo Final	-	65.000.393	57.602.650	3.429.555	18.602.408	2.223.593	-	146.858.605
Valor Líquido	24.267.163	45.288.575	10.516.774	1.516.869	6.031.356	1.506.741	5.554.766	94.682.239

Exercício de 2015

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos e ferramentas	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activo bruto								
Saldo inicial	22.014.554	105.545.659	63.079.541	3.797.535	22.982.019	2.858.990	5.863.080	226.141.378
Adições	-	1.646.872	1.016.198	607.563	554.727	226.194	1.702.271	5.753.825
Alienações e Abates	(25.027)	(609.716)	(1.114.405)	(53.423)	(424.533)	-	-	(2.227.103)
Transferências	-	140.919	936.370	-	603.761	(5.486)	(1.663.443)	12.121
Variações do perímetro	-	16.091	73.368	15.208	19.134	-	-	123.802
Ajustes	-	454.861	270.165	245.899	71.936	256.691	363.591	1.663.143
Saldo Final	21.989.527	107.194.687	64.261.238	4.612.782	23.807.045	3.336.389	6.265.499	231.467.167

Amortizações e perdas de Imparidade acumuladas

Saldo inicial	-	57.572.972	52.474.341	2.730.940	15.554.556	1.642.094	-	129.974.857
Amortizações exercício	-	3.536.773	1.699.959	355.293	1.533.715	190.833	-	7.316.572
Alienações e Abates	-	(609.716)	(908.947)	(53.423)	(372.479)	-	-	(1.944.565)
Transferências	-	(222.225)	(10.433)	(79)	(7.307)	(5.486)	-	(245.529)
Variação de perímetro	-	737	10.278	(2.028)	4.299	-	-	17.342
Ajustes	-	134.484	208.484	190.455	49.519	131.276	-	714.218
Saldo Final	-	60.412.980	53.473.683	3.225.214	16.762.303	1.958.717	-	135.832.902
Valor Líquido	21.989.527	46.781.707	10.787.555	1.387.568	7.044.742	1.377.672	6.265.499	95.634.272

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os “Activos fixos tangíveis em curso” tinham a seguinte composição:

	31.12.2016	31.12.2015
Instalações industriais em Angola	2.656.550	3.528.779
Novas instalações fábrica solventes - França	508.713	247.146
Investimentos em tecnologias de informação	353.872	219.226
Equipamentos básico industrial em Angola	290.283	-
Obras no edifício da Maia	335.444	366.063
Outros	1.409.904	1.904.285
	5.554.766	6.265.499

Na sequência da operação de transferência das instalações industriais da subsidiária Barnices Valentine, em 18 de Julho de 2006, a *Junta de Gobierno del Ayuntamiento de Montcada Y Reixach* aprovou definitivamente o “*Proyecto de Reparcelación en el ámbito del Plan Parcial Urbanístico del Sector Discontinuo Can Milans-Can Cuiás Nord*” desse município. De acordo com o referido Plano de Reparcelamento, a Barnices Valentine permutou com o município as parcelas de terreno de sua propriedade denominadas “*Can Cuyás*”, por uma parcela de terreno para fins industriais pertencentes ao mesmo município denominada “*Can Milans*”, na qual foram edificadas as novas instalações industriais. De acordo com o IAS 16 – “Activos fixos tangíveis”, o terreno recebido no âmbito da permuta acima referida foi registado ao seu justo valor, de acordo com avaliação efectuada por entidade especializada.

Parte das transferências registadas na rubrica “Equipamento básico” correspondem à transferência de sistemas tintométricos da rubrica “Mercadorias” para imobilizações corpóreas, em virtude destes equipamentos se encontrarem ao serviço das lojas e delegações do Grupo (Nota 14).

7. Goodwill

No exercício de 2016, a Empresa procedeu ao registo do Goodwill gerado na aquisição da participação sobre o Grupo Monopol no valor de 3.693.586 Euros (Nota 5).

O Grupo CIN efectua análises formais de imparidade reportadas à data de apresentação das contas anuais.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o valor líquido contabilístico do Goodwill, o qual foi originado por aquisições efectuadas pelo Grupo nos mercados referidos com o objectivo de expandir as suas operações nesses mercados, tinha a seguinte composição:

País / Negócio	31.12.2016	31.12.2015
Espanha	7.482.382	7.482.382
França		
- Grupo Celiose	8.704.940	8.704.940
- Grupo Monopol (Nota 5)	3.693.586	-
Portugal	3.890.412	3.890.412
	23.771.320	20.077.734

Os testes de imparidade dos valores de Goodwill registados nas demonstrações financeiras anexas são efectuados com base nos planos de negócio aprovados pelos Conselhos de Administração de cada Empresa que opera nos respectivos mercados, os quais são preparados de acordo com os seguintes pressupostos:

Principais pressupostos	Espanha	França	Portugal
Taxa de desconto	10,00%	10,00%	10,00%
Período explícito da projecção	2017-2021	2017-2021	2017-2021
Taxa de crescimento da perpetuidade	1,50%	1,50%	1,50%

O aumento de 0,25% no pressuposto das taxas de desconto ao longo dos anos das projecções não implicaria a necessidade de registar perdas por imparidade em 31 de Dezembro de 2016. De igual forma, a redução em 0,5% no pressuposto das taxas de crescimento não resultaria em perdas significativas em 31 de Dezembro de 2016.

8. Activos intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor bruto dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Exercício de 2016					
	Despesas de instalação	Despesas de desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Trespases	Total
Activo bruto:					
Saldo inicial	30.469	6.450.889	5.828.433	2.398.609	14.708.398
Adições	-	352.583	158.941	-	511.525
Alienações e abates	-	(13.600)	-	-	(13.600)
Variações de perímetro (Nota 5)	-	508.213	132.023	-	640.236
Transferências	(9.011)	334.300	-	9.011	334.300
Ajustes	(16.345)	-	9.084	332	(6.929)
Saldo final	5.113	7.632.385	6.128.481	2.407.952	16.173.929
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:					
Saldo Inicial	15.290	6.117.488	4.967.537	212.994	11.313.309
Amortizações do exercício	-	470.123	44.052	304.852	819.027
Transferências	(9.010)	(25.501)	103.869	(69.358)	-
Variações de perímetro (Nota 5)	-	198.722	132.023	-	330.745
Ajustes	(1.636)	24.484	-	5.522	28.370
Saldo final	4.644	6.785.316	5.247.481	454.010	12.491.451
Valor líquido	469	847.069	881.000	1.953.942	3.682.480

Exercício de 2015					
	Despesas de instalação	Despesas de desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Trespases	Total
Activo bruto:					
Saldo inicial	12.521	6.096.741	5.706.903	2.397.683	14.213.846
Adições	-	354.148	116.819	-	470.967
Alienações e abates	-	-	(20.670)	-	(20.670)
Variações de perímetro	21.172	-	-	-	21.172
Ajustes	(3.224)	-	25.381	926	23.083
Saldo final	30.469	6.450.889	5.828.433	2.398.609	14.708.398
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:					
Saldo Inicial	12.521	5.784.665	1.582.862	118.516	7.498.564
Amortizações do exercício	2.831	332.823	31.139	91.987	458.780
Alienações e abates	-	-	(18.735)	-	(18.735)
Perdas por imparidade	-	-	3.372.271	-	3.372.271
Ajustes	(62)	-	-	2.491	2.429
Saldo final	15.290	6.117.488	4.967.537	212.994	11.313.309
Valor líquido	15.179	333.401	860.896	2.185.615	3.395.091

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o detalhe dos valores brutos das rubricas “Despesas de desenvolvimento” e “Propriedade industrial e outros direitos” era como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Despesas de desenvolvimento		
Estudos e projectos - Implementação de “ERP”	4.121.285	4.121.285
Outros estudos e projectos	3.511.100	2.329.604
	7.632.385	6.450.889
Propriedade industrial e outros direitos		
Marca “Decocenter”	3.502.200	3.502.200
Aplicações Informáticas	1.418.027	1.418.027
Outros direitos e licenciamentos	1.208.254	908.206
	6.128.481	5.828.433

Em 20 de Dezembro de 2006, o Grupo CIN adquiriu a marca “Decocenter”, explorada actualmente pela subsidiária CIN Valentine, pelo montante de 3.500.000

Euros, tendo aquela aquisição sido suportada por uma avaliação de um perito independente. Esta marca foi classificada como um activo intangível com vida útil indefinida, pelo que não se encontra a ser amortizada, sendo anualmente efectuado um teste formal de imparidade.

No exercício de 2015, o Conselho de Administração considerou aquele activo esgotado no quadro da intervenção no mercado espanhol, tendo o Grupo registado uma perda por imparidade naquele exercício.

A rubrica “Trespases” inclui o montante de 2.107.069 Euros correspondente ao contracto de trespasse celebrado entre a CIN e a Tintas Robbialac, S.A. em 19 de Novembro de 2007, mediante o qual a CIN adquiriu o negócio daquela entidade denominado “Segmento de Indústria”.

O Grupo não procede à amortização daquele trespasse, efectuando, numa base anual, testes formais de imparidade.

O teste de imparidade, que assume como unidade geradora de caixa o rédito associado ao segmento de produtos adquiridos no âmbito daquele contrato, é efectuado com base no plano de negócio aprovado pelo Conselho de Administração, o qual é preparado recorrendo à utilização de fluxos de caixa projectados para um período de 10 anos e considerando uma perpetuidade após essa data. A taxa de desconto utilizada tem por base o custo médio ponderado de capital, é de 10%. Na perpetuidade é considerada uma taxa de crescimento de 1,5%.

9. Propriedades de investimento

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a activos imobiliários detidos pelo Grupo CIN, essencialmente localizados nas Guardieiras, Maia, os quais são detidos para valorização. Estes activos encontram-se registados ao respectivo custo de aquisição.

O Conselho de Administração entende que o justo valor das propriedades de investimento não difere significativamente do seu valor contabilístico.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 estas rubricas registaram o seguinte movimento:

	31.12.2016	31.12.2015
Propriedades de investimento:		
Saldo em 1 de Janeiro	6.958.781	7.023.926
Alienações	-	(65.145)
Saldo em 31 de Dezembro	6.958.781	6.958.781

As propriedades de investimento geraram custos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 no montante de, aproximadamente, 7.033 e 1.703 Euros, respectivamente, os quais foram registados na demonstração dos resultados.

10. Classes de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 1.3 d), foram classificados como segue:

Activos financeiros

	Notas	Empréstimos e dívidas de terceiros	Investimentos disponíveis para venda	Sub-total	Activos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
31 de Dezembro de 2016						
Activos não correntes						
Outros activos financeiros	11	-	3.761.961	3.761.961	-	3.761.961
Outros activos não correntes	13	258.470	-	258.470	-	258.470
		258.470	3.761.961	4.020.431	-	4.020.431
Activos correntes						
Clientes	15	35.383.005	-	35.383.005	-	35.383.005
Outras dívidas de terceiros	16	3.684.495	-	3.684.495	-	3.684.495
Estado e outros entes públicos	26	-	-	-	4.063.585	4.063.585
Outros activos correntes	17	2.550.394	-	2.550.394	-	2.550.394
Outros activos financeiros	11	14.192.710	-	14.192.710	-	14.192.710
Caixa e equivalentes a caixa	18	33.862.242	-	33.862.242	-	33.862.242
		89.672.846	-	89.672.846	4.063.585	93.736.431
		89.931.316	3.761.961	93.693.277	4.063.585	97.756.862
31 de Dezembro de 2015						
Activos não correntes						
Outros activos financeiros	11	-	3.528.531	3.528.531	-	3.528.531
Outros activos não correntes	13	224.426	-	224.426	-	224.426
		224.426	3.528.531	3.752.957	-	3.752.957
Activos correntes						
Clientes	15	31.166.678	-	31.166.678	-	31.166.678
Outras dívidas de terceiros	16	4.973.895	-	4.973.895	-	4.973.895
Estado e outros entes públicos	26	-	-	-	1.774.433	1.774.433
Outros activos correntes	17	2.451.204	-	2.451.204	-	2.451.204
Outros activos financeiros	11	17.491.408	-	17.491.408	-	17.491.408
Caixa e equivalentes a caixa	18	28.086.744	-	28.086.744	-	28.086.744
		84.169.929	-	84.169.929	1.774.433	85.944.362
		84.394.355	3.528.531	87.922.886	1.774.433	89.697.319

Passivos financeiros

	Notas	Derivados de cobertura	Passivos financeiros registrados pelo custo amortizado	Sub-total	Passivos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
31 de Dezembro de 2016						
Passivos não correntes						
Financiamentos obtidos	22	-	87.800.000	87.800.000	-	87.800.000
Outras dívidas a terceiros	25	-	3.581.184	3.581.184	-	3.581.184
		-	91.381.184	91.381.184	-	91.381.184
Passivos correntes						
Financiamentos obtidos	22	-	24.767.181	24.767.181	-	24.767.181
Fornecedores	24	-	23.778.366	23.778.366	-	23.778.366
Outras dívidas a terceiros	25	-	2.673.968	2.673.968	-	2.673.968
Estado e outros entes públicos	26	-	-	-	7.526.341	7.526.341
Outros passivos correntes	27	-	13.765.036	13.765.036	-	13.765.036
		-	64.984.551	64.984.551	7.526.341	72.510.892
		-	156.365.735	156.365.735	7.526.341	163.892.076
31 de Dezembro de 2015						
Passivos não correntes						
Financiamentos obtidos	22	-	84.359.123	84.359.123	-	84.359.123
Outras dívidas a terceiros	25	-	4.386.957	4.386.957	-	4.386.957
		-	88.746.080	88.746.080	-	88.746.080
Passivos correntes						
Financiamentos obtidos	22	-	30.292.378	30.292.378	-	30.292.378
Fornecedores	24	-	24.121.025	24.121.025	-	24.121.025
Outras dívidas a terceiros	25	-	2.479.778	2.479.778	-	2.479.778
Estado e outros entes públicos	26	-	-	-	5.475.595	5.475.595
Outros passivos correntes	27	-	12.186.640	12.186.640	-	12.186.640
		-	69.079.821	69.079.821	5.475.595	74.555.416
		-	157.825.901	157.825.901	5.475.595	163.301.496

Instrumentos financeiros reconhecidos a justo valor

O quadro abaixo detalha os instrumentos financeiros que são mensurados a justo valor após o reconhecimento inicial, agrupados em 3 níveis de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

Nível 1: o justo valor é determinado com base em preços de mercado activo;

Nível 2: o justo valor é determinado com base em técnicas de avaliação. Os principais inputs dos modelos de avaliação são observáveis no mercado;

Nível 3: o justo valor é determinado com base em modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

31-12-2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos financeiros mensurados ao justo valor			
Investimentos disponíveis para venda (Nota 11)	2.760.006	-	1.001.955
31-12-2015			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos financeiros mensurados ao justo valor			
Investimentos disponíveis para venda (Nota 11)	3.150.371	-	378.160

11. Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica “Outros activos financeiros” classificada como não corrente, incluía investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda e registou o seguinte movimento:

	Exercício de 2016		
	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 28)	Valor líquido
Investimentos disponíveis para venda:			
Saldo em 1 de Janeiro de 2016	3.806.418	(277.887)	3.528.531
Variações de justo valor	(390.365)	-	(390.365)
Aumentos	1.340.347	(716.552)	623.795
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	4.756.400	(994.439)	3.761.961

	Exercício de 2015		
	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 28)	Valor líquido
Investimentos disponíveis para venda:			
Saldo em 1 de Janeiro de 2015	3.080.246	(127.887)	2.952.359
Variações de justo valor	246.189	-	246.189
Aumentos	492.499	(150.000)	342.499
Diminuições	(12.516)	-	(12.516)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	3.806.418	(277.887)	3.528.531

Em 31 de Dezembro de 2016, o justo valor das acções correspondentes a 2,515% do capital social da sociedade italiana cotada na Bolsa de Valores de Milão – Boero Bartolomeo, S.p.A. – ascende a 1.981.731 Euros (2.397.857 Euros em 31 de Dezembro de 2015), com base na respectiva cotação no final do exercício.

O Grupo detém acções de sociedades cotadas na Bolsa de Valores Euronext Lisboa, adquiridas em exercícios anteriores, pelo montante de 728.395 Euros (702.634 em 31 de Dezembro de 2015).

Os restantes investimentos acima referidos representam, fundamentalmente, investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, sendo que o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outros activos financeiros” classificada como corrente, incluía aplicações em instituições bancárias que não cumpriam com os requisitos para classificação como “Caixa e equivalentes a caixa”.

12. Impostos

O detalhe dos montantes e natureza dos activos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de Dezembro de 2016, bem como o respectivo movi-

mento no exercício findo naquela data podem ser resumidos como segue:

Activos por impostos diferidos:	Saldos iniciais	Variações de perímetro	Efeito em resultados	Efeito em capitais próprios	Saldos finais
Amortizações não aceites fiscalmente	559.682	-	(77.387)	-	482.295
Provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	2.324.638	-	(217.317)	17.996	2.125.317
Fundo de pensões (relativo a acréscimo de custo)	219.957	-	124.580	-	344.537
Reserva de fusão	1.008.811	-	(194.003)	-	814.808
Prejuízos fiscais	241.818	-	169.020	(33.911)	376.927
Outros	260.141	-	12.671	(18.236)	254.549
	4.615.047	-	(182.436)	(34.178)	4.398.433

Passivos por impostos diferidos:	Saldos iniciais	Variações de perímetro	Efeito em resultados	Efeito em capitais próprios	Saldos finais
Amortização de reavaliação não aceites fiscalmente	5.915	-	(491)	-	5.424
Reinvestimento de mais valias	9.303	-	(1.900)	-	7.403
Fundo de pensões (relativo a custo diferido)	19.705	-	(2.533)	-	17.172
Justo valor da permuta do terreno da Barnices Valentine	981.538	-	-	-	981.538
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	157.508	-	-	(123.298)	34.210
Anulação de provisões	2.510.655	-	-	(518.564)	1.992.091
Ajustamentos de justo valor em imóveis	1.338.900	-	(72.956)	-	1.265.944
Outros	36.573	-	(13.992)	5.420	28.001
	5.060.097	-	(91.872)	(636.442)	4.331.783

O detalhe dos montantes e natureza dos activos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de Dezembro de 2015, bem como o respectivo movimento no exercício findo naquela data podem ser resumidos como segue:

Activos por impostos diferidos:	Saldos iniciais	Operações descontinuadas	Efeito em resultados	Efeito em capitais próprios	Saldos finais
Amortizações não aceites fiscalmente	524.038	-	35.644	-	559.682
Provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	2.834.847	(17.158)	(561.870)	68.819	2.324.638
Fundo de pensões (relativo a acréscimo de custo)	227.507	(1.571)	(5.979)	-	219.957
Reserva de fusão	1.052.267	-	(43.456)	-	1.008.811
Prejuízos fiscais	2.662	-	239.156	-	241.818
Avaliação de instrumentos derivados de cobertura	26.595	-	-	(26.595)	-
Outros	206.211	-	42.384	11.545	260.141
	4.874.128	(18.729)	(294.121)	53.769	4.615.047

Passivos por impostos diferidos:	Saldos iniciais	Operações descontinuadas	Efeito em resultados	Efeito em capitais próprios	Saldos finais
Amortização de reavaliações não aceites fiscalmente	9.016	-	(3.101)	-	5.915
Reinvestimento de mais valias	11.501	-	(2.198)	-	9.303
Fundo de pensões (relativo a custo diferido)	22.239	-	(2.534)	-	19.705
Justo valor da permuta do terreno da Barnices Valentine	981.538	-	-	-	981.538
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	96.974	-	-	60.534	157.508
Anulação de provisões	2.180.966	-	-	329.689	2.510.655
Ajustamentos de justo valor em imóveis	1.411.856	-	(72.956)	-	1.338.900
Outros	462.909	-	(420.079)	(6.256)	36.573
	5.176.998	-	(500.868)	383.967	5.060.097

Relativamente à “Reserva de fusão”, resultante da fusão levada a cabo em exercícios anteriores de antigas filiais espanholas na subsidiária CIN Valentine (e que foi objecto de anulação em exercícios anteriores,

no exercício de consolidação), a mesma encontra-se a ser amortizada, para efeitos fiscais, num prazo de 20 anos.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da CIN e das empresas do Grupo estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais das Empresas do Grupo sedeadas em Portugal desde 2013 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da CIN entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2016.

Em Espanha, no exercício de 2014, os prejuízos fiscais deixaram de ter limite temporal de utilização futura. Em França, a utilização futura dos prejuízos fiscais, não tem igualmente limite temporal.

Em 31 de Dezembro de 2016, o Grupo detinha créditos fiscais reportáveis como segue (com base nas respectivas declarações de rendimentos já entregues):

Exercício em que foram gerados	Espanha	França
Exercício de 2004	143.761	-
Exercício de 2005	1.583.106	-
Exercício de 2006	887.467	-
Exercício de 2008	3.919.312	-
Exercício de 2009	-	241.669
Exercício de 2010	15.196.261	581.203
Exercício de 2011	10.837.227	2.226.426
Exercício de 2012	9.669.035	1.442.147
Exercício de 2013	6.943.987	443.956
Exercício de 2014	4.607.897	1.348.948
Exercício de 2015	5.203.274	-
Exercício de 2016	4.681.090	-
	63.672.417	6.284.349

Para efeitos de cálculo e registo de impostos diferidos activos, foram considerados os prejuízos fiscais reportáveis na subsidiária Navis, gerados no exercício de 2016 e 2015, que originaram um imposto diferido activo de 1.183 e 6.552 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2016, encontra-se registado o valor de 667.496 Euros relativamente a candidaturas a incentivos fiscais no âmbito do SIFIDE, em virtude de tais candidaturas, relativas ao exercício de 2015 e anteriores, terem sido já formalmente aprovadas. A legislação aplicável a este Benefício Fiscal prevê o reporte dos valores apurados nos seis exercícios seguintes.

As empresas Amida Inversiones, S.L., CIN Valentine, S.A., Pinturas CIN Canárias, S.A., CIN Inmuebles, S.L. e Soritec S.A. sedeadas em Espanha, encontram-se a ser tributadas de acordo com um Consolidado fiscal, cuja empresa-mãe é a Amida Inversiones, S.L.U., a qual agrega os prejuízos fiscais gerados pelas empresas do perímetro fiscal. As empresas do Grupo CIN sedeadas em França, Celliose e PFI, são também tributadas pelo respectivo lucro consolidado fiscal, em conformidade com a legislação francesa.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos activos e passivos por impostos diferidos foram as seguintes:

País origem da filial:	Taxa de imposto utilizada	
	31.12.2016	31.12.2015
Portugal	22,5%	22,5%
Espanha	25,0%	25,0%
Luxemburgo	29,22%	29,22%
Angola	30,0%	30,0%
Moçambique	32,0%	32,0%
França	33,3%	33,3%
México	30,0%	30,0%
África do Sul	28,0%	28,0%

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, as Empresas portuguesas encontram-se adicionalmente sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Benefícios e Isenções Fiscais

(I) Espanha - Canárias

A legislação espanhola, nomeadamente na “Ley 19/1994, de 6 de Julho – Modificación del Régimen Económico y Fiscal de Canarias”, alterada pelo “Real Decreto-Ley 12/2006 de 29 de Dezembro” estabelece como medida fiscal a “Reserva para investimentos nas Ilhas Canárias”, que permite às empresas, em relação aos seus estabelecimentos localizados nas Ilhas Canárias, alocar os seus benefícios a tais reservas, como redução da sua base de cálculo de imposto, com um máximo de 90% do lucro não distribuídos. O montante de benefício atribuído deve-se materializar num período máximo de três anos, a partir do exercício fiscal em que foi dotado, na realização de investimentos e nos requisitos estabelecidos por aquela legislação.

Os montantes devem ser investidos em activos fixos tangíveis nas Ilhas Canárias e ser necessários ao desenvolvimento das suas actividades económicas, excepto no caso de contribuírem para a melhoria e protecção do ambiente naquele território.

Os activos devem permanecer operacionais na empresa pelo menos cinco anos, sem serem transferidos, alugados ou cedidos a terceiros para uso. A reserva, a qual está incluída na rubrica do capital próprio “Outras reservas” encontra-se indisponível enquanto os bens que associados devam permanecer na Empresa, e cujo montante em 31 de Dezembro de 2016, ascendiam a 4.993.975 Euros. Os valores pendentes de realização foram registados nos impostos das empresas correspondentes, num total de 265.235 Euros.

13. Outros activos não correntes

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2016	31.12.2015
Benefícios de reforma (Nota 23)	76.323	87.583
Fianças	182.147	136.843
	258.470	224.426

14. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2016	31.12.2015
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8.572.886	10.454.957
Mercadorias	3.507.149	2.951.649
Produtos acabados e intermédios	27.288.851	26.255.955
	39.368.887	39.662.561
Perdas por imparidade acumuladas em existências (Nota 28)	(6.434.686)	(5.588.733)
	32.934.201	34.073.828

O custo das existências vendidas e consumidas nos exercícios findos em 31 de Dezembro 2016 e 2015 foi apurado como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Existências iniciais:		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	10.454.957	14.243.276
Mercadorias	2.951.649	2.254.096
Variação de perímetro (Nota 5)	1.961.782	411.515
Compras	96.493.490	91.472.264
Regularização de existências	(1.756.511)	(1.183.614)
Existências finais:		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(8.572.886)	(10.454.957)
Mercadorias	(3.507.149)	(2.951.649)
	98.025.331	93.790.931

Parte da regularização de inventários – Mercadorias – corresponde à transferência de equipamento corpóreo – sistemas tintométricos, em virtude de os

mesmos se encontrarem ao serviço das delegações do Grupo (Nota 6).

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de Dezembro 2016 e 2015 foi apurada como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Existências finais	27.288.851	26.255.955
Regularização de existências	1.740.950	1.261.670
Variação de perímetro (Nota 5)	(2.262.954)	-
Existências iniciais	(26.255.955)	(28.477.642)
	510.893	(960.017)

15. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2016	31.12.2015
Clientes, conta corrente	35.234.423	31.542.936
Clientes, letras a receber	1.423.518	1.766.020
Clientes de cobrança duvidosa	11.349.512	13.144.292
	48.007.353	46.453.248
Perdas por imparidade acumuladas em clientes (Nota 28)	(12.624.348)	(15.286.570)
	35.383.005	31.166.678

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. O Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber se aproximam do seu justo valor. O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes.

De acordo com a informação constante no balanço do Grupo, a antiguidade dos saldos a receber de clientes é a seguinte:

	31.12.2016	31.12.2015
Não vencido	24.472.330	21.517.820
Vencido mas não provisionado:		
0-30 dias	6.628.016	6.909.143
30-90 dias	1.830.087	1.702.523
Mais de 90 dias	2.452.572	1.037.191
Vencido e provisionado:		
0-90 dias	382.871	314.806
90-180 dias	175.586	249.078
180-360 dias	868.615	1.993.485
Mais de 360 dias	11.197.275	12.729.202
	48.007.352	46.453.248

16. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2016	31.12.2015
Saldos devedores de fornecedores	292.332	401.841
Pessoal	302.535	171.481
Adiantamentos a fornecedores e fornecedores de imobilizado	19.790	31.858
Outros devedores	3.573.676	5.019.985
	4.188.333	5.625.165
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 28)	(503.838)	(651.270)
	3.684.495	4.973.895

17. Outros activos correntes

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2016	31.12.2015
Seguros antecipados	157.739	126.911
Rendas antecipadas	216.418	379.641
Encargos financeiros antecipados	435.355	407.589
Trabalhos especializados antecipados	-	202.123
Outros	1.740.882	1.334.940
	2.550.394	2.451.204

18. Caixa e equivalentes a caixa

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o detalhe de caixa e seus equivalentes era como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Caixa e equivalentes a caixa:		
Numerário	52.352	56.115
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	33.762.537	22.985.664
Aplicações de tesouraria	-	5.000.000
Equivalentes a caixa	47.353	44.965
	33.862.242	28.086.744

As aplicações de tesouraria respeitam a depósitos a prazo constituídos por várias das empresas incluídas na consolidação, vencíveis a menos de três meses da data da sua constituição e que vencem juros a taxas normais de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2016, a Empresa e as suas participadas têm disponíveis linhas de crédito no montante de 53.200.000 Euros que poderão ser utilizadas para futuras actividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessa facilidade.

19. Capital social

Em 31 de Dezembro de 2016, o capital social da CIN – Corporação Industrial do Norte, S.A., totalmente subscrito e realizado, é composto por 25.000.000 acções ao portador, com o valor nominal de 1 Euro cada.

Em 31 de Dezembro de 2016, a Pleso Holding B.V. detém 100% do capital da Empresa (Nota introdutória).

20. Capital próprio

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, apurado nas contas individuais da Empresa, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos accionistas, excepto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respectivos bens objecto de reavaliação tenham sido alienados.

Reservas de conversão cambial

As reservas de conversão cambial reflectem as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do Euro e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor reflectem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros disponíveis para venda e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

21. Interesses sem controlo

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento da rubrica do balanço “Interesses sem controlo”, foi como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo em 1 de Janeiro	7.452	21.093
Resultado líquido do exercício	(2.465)	(13.641)
Saldo em 31 de Dezembro	4.987	7.452

22. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2016, os financiamentos obtidos, por natureza de financiamento, é como segue:

	Limite	Utilizado	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários	5.917.714	617.714	617.714	-
Programas de Papel Comercial	113.500.000	65.600.000	22.800.000	42.800.000
Empréstimos obrigacionistas	45.000.000	45.000.000	-	45.000.000
Subsídios ao investimento	1.352.484	1.352.484	1.352.484	-
Efeito utilização taxa de juro efectiva	n.a.	n.a.	(3.017)	-
	165.770.198	112.570.198	24.767.181	87.800.000

Empréstimos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016, o detalhe dos empréstimos bancários (excluindo programas de papel comercial) era como segue:

Empresa	Limite	Utilizado	Corrente	Não corrente
Barnices Valentine	500.000	-	-	-
CIN	4.800.000	-	-	-
Monopol	405.413	405.413	405.413	-
CPyB	110	110	110	-
PFI Investments	212.191	212.191	212.191	-
	5.917.714	617.714	617.714	-

Os financiamentos obtidos de instituições de crédito acima referidos venciam juros a taxas de mercado.

Papel Comercial

Em 31 de Dezembro de 2016, os Programas de papel eram como segue:

	Montante total do programa	Valor nominal da emissão	Corrente	Não corrente	Juros	Valor de Balanço em 31 de Dezembro de 2016
CIN- Corporação Industrial do Norte, S.A						
Contrato (25.000.000 Euros)						
234ª Emissão	25.000.000	20.000.000	20.000.000	-	3.017	20.000.000
Contrato (15.000.000 Euros)						
44ª Emissão	15.000.000	11.500.000	-	11.500.000	4.792	11.500.000
Contrato (21.000.000 Euros)						
22ª Emissão	21.000.000	20.600.000	2.800.000	17.800.000	5.150	20.600.000
Contrato (10.000.000 Euros)						
	10.000.000	10.000.000	-	10.000.000	29.833	10.000.000
Contrato (20.000.000 Euros)						
Não utilizado	20.000.000	-	-	-	-	-
Contrato (10.000.000 Euros)						
Não utilizado	15.000.000	-	-	-	-	-
Contrato (5.000.000 Euros)						
Não utilizado	2.500.000	-	-	-	-	-
Contrato (7.500.000 Euros)						
Não utilizado	5.000.000	-	-	-	-	-
Cin Valentine SL						
Contrato (15.000.000 Euros)	Contrato					
9ª Emissão	Grupado	1.000.000	-	1.000.000	5.014	1.000.000
Amida Inversiones						
Contrato (15.000.000 Euros)	Contrato					
8ª Emissão	Grupado	2.500.000	-	2.500.000	12.535	2.500.000
		113.500.000	65.600.000	22.800.000	42.800.000	60.341
					60.341	65.600.000

Os saldos das emissões de Papel Comercial estão subjacentes aos seguintes contratos de Programas de emissão de Papel Comercial:

Empresa	Montante Total do Programa	Data de Início	Validade
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	20.000.000	Maio de 2014	Maio de 2019
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	25.000.000	Maio de 2012	Maio de 2017
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	21.000.000	Setembro de 2014	Setembro de 2021
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	15.000.000	Setembro de 2014	Setembro de 2019
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	10.000.000	Março de 2014	Março de 2019
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	7.500.000	Junho de 2014	Junho de 2019
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	10.000.000	Junho de 2016	Junho de 2020
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	5.000.000	Outubro de 2015	Outubro de 2018
	113.500.000		

De acordo com as condições dos contratos dos Programas de Papel Comercial, as emissões podem ser efectuadas até um ano, até ao limite contratado, tendo as instituições financeiras assumido a garantia de colocação integral de cada emissão a efectuar no âmbito dos contratos.

É intenção do Conselho de Administração da CIN utilizar os Programas acima referidos num período superior a doze meses.

Empréstimos obrigacionistas

Em 31 de Dezembro de 2016, esta rubrica era constituída por dois empréstimos denominados "CIN / 2016-2021" e "CIN/ 2014-2019", nos montantes de 25.000.000 Euros e 20.000.000 Euros, respectivamente, emitidos

pela CIN – Corporação Industrial do Norte, S.A.. Estes empréstimos de acordo com as suas condições vencem juros indexados à Euribor, com spread de 1,8625% e 3,35%, e vencem-se em Dezembro de 2021 e Dezembro de 2019, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2016, os programas de papel comercial classificados como não correntes, e os empréstimos obrigacionistas, tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto, pressupondo a utilização total dos mesmos até ao final do seu prazo:

	Taxa de juro efectiva média	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Amortização		-	10.700.000	71.700.000	15.200.000	30.200.000	127.800.000
Juros	1,60%	2.025.726	1.788.233	1.569.340	529.472	527.667	6.440.438
		2.025.726	12.488.233	73.269.340	15.729.472	30.727.667	134.240.438

Subsídios ao investimento

O valor referente a subsídios ao investimento diz respeito a um subsídio reembolsável obtido da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (“AICEP”) no âmbito de candidatura submetida ao programa de incentivos SI Inovação. No exercício de 2015, a Empresa beneficiou de um prémio de realização no montante de 469.320 Euros, tendo este montante sido transformado em subsídio não reembolsável. De acordo com as condições contratadas, a Empresa poderá ainda vir a beneficiar, mediante determinadas condições cuja medição ocorrerá apenas no futuro, na transformação adicional em subsídio não reembolsável do montante de 871.594 Euros. O montante a reembolsar vence-se integralmente no exercício de 2017.

23. Responsabilidades com pensões

Fundo de Pensões CIN:

O Fundo de Pensões CIN, constituído por escritura de 31 de Dezembro de 1987 e administrado pela “SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.”, destina-se a garantir aos trabalhadores que se reformem a partir daquela data, por invalidez ou por velhice, o direito a um complemento de reforma, pago mensalmente, cujo valor tem por base o vencimento ílíquido à data de reforma e é igual ao produto dos anos de serviço por 0,5% no máximo de 12,5% daquele vencimento.

De acordo com o relatório actuarial realizado pela sociedade gestora do Fundo, o valor actual das responsabilidades por serviços passados com os colaboradores no activo e com os reformados em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, era como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Activos	4.680.283	4.738.931
Reformados	2.469.339	2.175.733
	7.149.622	6.914.664

Aquelas responsabilidades foram determinadas em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 com base no método de cálculo “Projected Unit Credit”, tendo sido utilizada a tábua de mortalidade TV 88/90 e de invalidez SR (tábua de Suisse Re), bem como foram assumidos como pressupostos, taxas de crescimento salarial de 0,5% (0,5% em 2015), taxas de rendimento do fundo de 3,77% (3,55% em 2015), taxa zero de crescimento das pensões em pagamento, taxa de juro técnica de 3,77% (3,55% em 2015) e tabela de “turnover” estimada a partir da realidade verificada nas Associadas do Fundo entre 1994 e 2016.

O movimento das responsabilidades por serviços passados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 pode ser resumido como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Responsabilidades por serviços passados em 1 Janeiro	6.914.664	7.166.307
Custo dos serviços correntes	187.175	213.354
Custo dos juros	244.352	322.484
Perdas (ganhos) actuariais	70.292	(533.642)
Complementos de reforma pagos	(266.861)	(253.839)
Responsabilidades por serviços passados em 31 Dezembro	7.149.622	6.914.664

Os movimentos da situação patrimonial do fundo durante os exercícios de 2016 e 2015 foram como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo em 1 de Janeiro	5.937.075	6.155.163
Rendimento do fundo, líquido	-	24.846
Complementos de reforma pagos	(51.870)	(253.839)
Outros	(266.861)	10.905
Saldo estimado em 31 de Dezembro	5.618.344	5.937.075

O Grupo mantém registado na rubrica “Responsabilidades com pensões” o montante necessário para a cobertura das responsabilidades por serviços passados não cobertos pela situação patrimonial do Fundo, em conformidade com o estudo actuarial reportado a 31 de Dezembro de 2016, ascendendo o saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2016 a 1.231.278 Euros (977.589 Euros em 31 de Dezembro de 2015), o qual foi objecto de aumento no exercício de 2016 no montante de 587.469 Euros (diminuição de 11.390 Euros em 2015), conforme detalhe abaixo:

	31.12.2016	31.12.2015
Custo dos serviços correntes	187.175	213.354
Custo dos juros	244.352	322.484
Rendimento do fundo, líquido	51.870	(24.846)
Perdas (ganhos) actuariais	70.292	(533.642)
Custo dos serviços passados	33.780	11.260
	587.469	(11.390)

Em consequência, o movimento ocorrido durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 na rubrica do passivo “Responsabilidades com pensões” relativo a benefícios de reforma não cobertos pelo património do Fundo de Pensões, foi como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo em 1 de Janeiro	977.589	1.011.144
Custos com o pessoal	587.469	(11.390)
Contribuições para o Fundo de Pensões	(300.000)	(10.905)
Custo dos serviços passados	(33.780)	(11.260)
Saldo em 31 de Dezembro	1.231.278	977.589

A Empresa diferiu os ganhos ou perdas actuariais relacionados com alterações nos critérios actuariais no período estimado de permanência dos empregados no activo, que actualmente ascende a 22 anos. Deste modo, o custo dos serviços passados apurado no exercício de 2003, que compreende essencialmente os efeitos associados a alterações no universo dos trabalhadores incluídos no Fundo de Pensões, foi registado na rubrica “Outros activos não correntes” (Nota 13).

O movimento ocorrido durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 nesta rubrica relativo a benefícios de reforma foi como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo em 1 de Janeiro	87.583	98.843
Amortização de custo de serviços passados	(11.260)	(11.260)
Saldo em 31 de Dezembro (Nota 12)	76.323	87.583

24. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das actividades do Grupo, tendo a seguinte composição:

	31.12.2016	31.12.2015
Fornecedores, conta corrente	23.519.889	23.851.880
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	258.477	269.145
	23.778.366	24.121.025

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os valores a pagar a fornecedores têm um vencimento inferior a 4 meses.

25. Outras dívidas a terceiros

Correntes

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2016	31.12.2015
Fornecedores de imobilizado	1.443.333	1.230.020
Saldos credores de clientes	293.090	396.781
Pessoal	184.647	340.185
Outros	752.898	512.792
	2.673.698	2.479.778

Não correntes

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica dizia integralmente respeito a contractos de locação financeira relacionados com equipamentos informáticos.

Os pagamentos mínimos das locações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos		Valor presente dos pagamentos mínimos	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Até 1 ano	985.093	1.043.347	805.774	827.560
Entre 1 ano e 5 anos	3.907.345	4.892.438	3.581.183	4.386.957
A mais de 5 anos	-	-	-	-
	4.892.438	5.935.785	4.386.957	5.214.517
Efeito financeiro do desconto	(505.481)	(721.268)	n/a	n/a
Valor presente dos pagamentos mínimos	4.386.957	5.214.517	4.386.957	5.214.517

26. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tinham a seguinte composição:

	Activo		Passivo	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	3.373.237	1.118.911	(3.552.107)	(1.999.825)
Imposto sobre o Valor Acrescentado	350.079	204.057	(1.967.550)	(1.467.395)
Contribuições para a Segurança Social	-	-	(1.345.272)	(1.200.718)
Retenção de Impostos sobre o Rendimento	216.839	243.868	(531.577)	(568.653)
Outros impostos	123.430	207.597	(129.835)	(239.004)
	4.063.585	1.774.433	(7.526.341)	(5.475.595)

27. Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2016	31.12.2015
Custos a pagar:		
Remunerações a liquidar	5.942.185	5.652.694
Rappel a pagar a clientes	4.433.543	4.091.931
Encargos financeiros a liquidar	104.744	349.937
Seguros a liquidar	99.015	70.293
Royalties	18.056	15.832
Outros	2.965.308	1.647.957
	13.562.851	11.828.644
Proveitos diferidos:		
Subsídios ao investimento	190.927	283.314
Outros proveitos diferidos	11.258	74.682
	202.185	357.996
	13.765036	12.186.640

28. Provisões e perdas por imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foi o seguinte:

	2016					
	Saldos iniciais	Aumentos	Utilizações	Diminuições	Var. Perímetro	Saldos finais
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Notas 15 e 16)	15.937.840	1.255.206	(2.904.426)	(1.496.380)	335.945	13.128.185
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 14)	5.588.733	1.872.238	0	(2.254.479)	1.228.194	6.434.686
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos disponíveis para venda (Nota 11)	277.887	742.125	0	(25.572)	0	944.440
Provisões	4.869.998	1.326.938	(543.831)	(1.317.289)	270.000	4.605.816

	2015					
	Saldos iniciais	Aumentos	Diminuições	Utilizações	Transferências / Var. Perímetro	Saldos finais
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Notas 14 e 15)	19.056.422	1.345.597	(1.245.218)	(3.245.903)	26.942	15.937.840
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 13)	6.010.894	1.192.692	(1.543.670)	-	(71.184)	5.588.733
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	127.887	150.000	-	-	-	277.887
Provisões	3.504.069	740.115	(616.030)	(758.155)	2.000.000	4.869.998

As “Perdas por imparidade acumuladas” encontram-se registadas no balanço consolidado anexo a deduzir ao valor do correspondente activo.

29. Vendas e prestações de serviços por mercados geográficos

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, foi como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Mercado interno	173.8003.974	165.322.535
Mercado externo	36.504.234	35.045.603
	210.308.208	200.368.138

O Grupo define como mercado interno as vendas efectuadas nos países onde detém as suas operações (Nota introdutória).

30. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, têm a seguinte composição:

	31.12.2016	31.12.2015
Custos e perdas:		
Juros suportados	1.948.639	3.330.574
Outros custos e perdas financeiras	1.123.057	1.786.987
	3.071.426	5.117.561
Resultados financeiros	(2.445.669)	(4.150.851)
	625.757	966.710
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos	562.403	561.398
Outros proveitos e ganhos financeiros	63.354	405.312
	625.757	966.710

31. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, são detalhados como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Imposto corrente	1.790.962	2.551.021
Impostos diferidos (Nota 12)	90.563	(206.747)
	1.881.525	2.344.274

32. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros em 31 de Dezembro de 2016, tinha a seguinte composição:

Ayuntamiento de Montcada (Espanha)	586.885
IAPMEI	555.479
Câmara Municipal da Maia	75.000
Outros	145.456

33. Locações operacionais

Durante o exercício de 2016 foi reconhecido como custo do exercício o montante de 1.905.645 Euros (1.902.354 Euros durante o exercício de 2015) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional.

Adicionalmente, à data de balanço o Grupo detinha contratos irrevogáveis de locação operacional, cujas rendas vencem como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Vencíveis em N+1	1.778.599	1.533.769
Vencíveis em N+2	1.101.658	1.118.235
Vencíveis em N+3	686.390	690.344
Vencíveis após N+3	1.225.267	1.066.043
	4.791.914	4.408.390

Os contratos de locação operacional acima referidos referem-se essencialmente às seguintes situações:

- Locações de viaturas que servem a rede comercial do Grupo, os serviços técnicos e outros funcionários e quadros directivos e cuja duração média é de 4 anos;
- Locações / Arrendamentos de lojas próprias, podendo os mesmos ser renovados por períodos adicionais, por vontade das partes.

34. Resultados por acção

Os resultados por acção, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado pelo número médio de acções existentes durante o exercício.

35. Activos e passivos contingentes

Liquidações de Impostos:

No exercício de 2002, no âmbito do “Regime Excepcional de Regularização de Dívidas ao Fisco e Segurança Social” (Decreto-Lei 248-A/2002 de 14 de Novembro), e no exercício de 2013, no âmbito do “Regime Excepcional de Regularização de Dívidas” (Decreto-lei n.º 36/2013, de 24 de Setembro), a Empresa procedeu ao pagamento de liquidações adicionais em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, as quais tinham sido anteriormente reclamadas junto das autoridades competentes.

A Empresa registou a débito da rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” o montante de 443.745 Euros pago ao abrigo destes regimes, e não criou qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos de recuperação dos montantes pagos, por ser entendimento do Conselho de Administração da Empresa que o resultado das reclamações efectuadas lhe será favorável.

Processos judiciais:

Na data de aprovação destas contas, a empresa do Grupo, CIN Valentine, S.A., é co-demandada em diversos litígios em curso interpostos contra a modificação do “Plan General Metropolitano” e, como consequência, do projecto de reparcelamento referido na Nota 6. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 não incluem qualquer Provisão para esta situação, uma vez que o Conselho de Administração, suportada nos seus consultores legais, entende que do desfecho dos referidos litígios não resultarão quaisquer perdas para o Grupo, dado que qualquer prejuízo criado será objecto de indemnização por parte das autoridades públicas de acordo com os contractos em vigor.

36. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da CIN (Empresa-mãe) nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foram como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Conselho de Administração	344.400	300.000
Conselho Fiscal/Fiscal Único	20.600	19.500
Assembleia Geral	4.200	4.000

37. Trabalhadores ao serviço

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o número de trabalhadores ao serviço das empresas incluídas na consolidação foi de 1.329 e 1.252, respectivamente.

38. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de Abril de 2017. Adicionalmente, as demonstrações financeiras anexas em 31 de Dezembro de 2016 estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Grupo entende que as mesmas virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

39. Informação relativa à área ambiental

O Grupo adopta as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objectivo de cumprir com a legislação vigente.

Em relação a esta matéria, importa salientar que o Grupo CIN se encontra a monitorizar e a tomar as medidas necessárias e adequadas relativamente às imposições previstas no Decreto-Lei nº 181/2006, de 6 de Setembro, nomeadamente quanto aos limites do teor total de compostos orgânicos voláteis (“COV”) nas tintas decorativas e vernizes, tendo em vista prevenir ou reduzir a poluição atmosférica devida à formação de ozono troposférico resultante das emissões dos COV.

O Conselho de Administração do Grupo CIN não estima que existam riscos relacionados com a protecção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contra-ordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2016.

Maia, 19 de Abril de 2017

A CONTABILISTA CERTIFICADA N.º 63002

Paula Macedo

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Fialho Martins Serrenho, *Presidente*

Maria Francisca Fialho Martins Serrenho Bulhosa, *Vogal*

Maria João Serrenho dos Santos Lima, *Vogal*

Ângelo Barbedo César Machado, *Vogal*

Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro, *Vogal*

Certificação Legal das Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da CIN – Corporação Industrial do Norte, S.A. (a Entidade) e suas subsidiárias (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 264.317.510 euros e um total de capital próprio de 90.251.570 euros, incluindo um resultado líquido de 7.326.121 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da CIN – Corporação Industrial do Norte, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2015 foram objeto da nossa Certificação Legal das Contas Consolidadas, datada de 19 de abril de 2016, que inclui uma reserva por desacordo, relativamente à anulação de ativos intangíveis associados a uma marca por resultados transitados, sem impacto material nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

“Deloitte” refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 15 de maio de 2017



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por António Manuel Martins Amaral, ROC

The logo consists of the letters "CIN" in a bold, white, sans-serif font, centered within a dark blue rectangular background.

CIN – CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S. A.

Av de Dom Mendo nº 831 (antes EN13 km6) - 4474-009 Maia - Portugal

T +351 229 405 000 - customerservice@cin.com

www.cin.com